



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Universidade Técnica de Lisboa

Ideologias Políticas: Direita e Esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

Pedro Lopes da Cruz

Orientação da Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Lisboa

2012

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
1. Interesse ou motivação para o estudo do Tema.....	10
2. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do Tema.....	10
3. Relevância do Objecto de Estudo para a Ciência Política.....	11
4. Perspectiva Teórica da Investigação.....	11
5. Fontes.....	13
6. Nota Metodológica.....	13
6.1. Perguntas de Partida.....	15
6.2. Objectivos.....	15
6.3. Hipóteses.....	16
I CAPÍTULO.....	18
Ideologias, Política e Partidos Políticos: Uma Perspectiva Histórico-Teórica.....	18
1. Ideologias.....	18
2. Ideologia Política.....	20
3. Ideologias, Partidos e Poder Político.....	21
4. Direita e Esquerda (conceito e evolução).....	23
5. O Liberalismo económico como característica da Direita.....	30
II CAPÍTULO.....	33
Os Partidos Políticos em Cabo Verde (1975-2010): Um Breve Historial.....	33
1. O PAIGC.....	33
2. O PAICV.....	36
3. O MpD.....	38
4. A UCID.....	40
III CAPÍTULO.....	42
Direita e Esquerda na Posição Ideológica dos Partidos Políticos em Cabo Verde (1975-2010).....	42
1. O Governo do PAIGC.....	42
1.1. Breve síntese da governação do PAIGC.....	45
2. O Governo do PAICV.....	46
2.1. A recondução do PAICV ao Poder.....	48
2.2. Breve síntese da governação PAICV.....	50
3. O Governo do MpD.....	51
3.1. O segundo mandato do Governo do MpD.....	53
3.2. Breve síntese da governação do MpD.....	57
4. O regresso do PAICV ao Poder.....	59
4.1. A reeleição do PAICV.....	63
4.2. Breve síntese do regresso da governação do PAICV.....	66
5. A posição ideológica da UCID.....	67
5.1. Breve síntese do Programa Político da UCID.....	68
CONCLUSÃO.....	69
BIBLIOGRAFIA.....	74

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, pela vida.

À memória do meu pai, Florenço da Cruz Silva que faleceu no decurso desta investigação. Na verdade, ele era um grande ideólogo dentro das suas limitações de um homem comum.

À minha mãe, Maria Salvadora Lopes, pela preocupação que sempre teve comigo, sobretudo durante o período que decorreu o meu estudo em Portugal.

Aos meus filhos, como instrumento de motivação para as suas investigações futuras.

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração deste trabalho foi possível graças à colaboração, ao apoio e envolvimento de algumas personalidades colectivas e singulares, das quais se destacam as seguintes:

Aos meus pais, pela educação e apoio concedido desde a instrução primária.

Ao IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), pela bolsa de estudo que me concedeu e que, sem a qual não seria possível a minha vinda, estadia e frequência universitária em Portugal.

À minha Professora e orientadora, Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão pelo apoio na precisão do tema, pelas suas sábias orientações e clarividência no modo como comunica e aborda as questões, pelos incentivos demonstrados, pelas sugestões de obras relevantes para a abordagem da temática e pelo rigor no tratamento das informações. Fiquei profundamente grato por tudo isto.

Os meus agradecimentos são também extensíveis a todos os meus Professores do ISCSP, pela abertura, exigência e rigor na abordagem do conhecimento.

Aos meus irmãos, João de Deus Lopes da Cruz e família, pelo apoio concedido desde que cheguei a Portugal e José Lopes Silva e família, pela recepção e acolhimento em consonância com as regras e princípios de sã convivência durante a minha residência em Portugal.

Às minhas irmãs, pelo apoio moral durante todo o processo do meu estudo.

Aos colegas: Arlindo João Monteiro, Carlos Carvalho, Eugénio Nazolino Veiga, Gerson Sousa, José Augusto Furtado, Joselino Rodrigues, Suzano Costa e Vladomiro Furtado, pela integração e informações académicas durante o estudo em Portugal.

Aos amigos: Alcides Varela Ferrer Silva, Eduardo Monteiro, Isidoro Tavares, Joaquim Mendes Tavares, José Manuel Cardoso Barbosa, Maria Luísa Fonseca Pereira Batista, Nelson Manuel Furtado Cardoso e Sátiro Gil Tavares Sanches, pela amizade e diversos apoios concedidos ao longo dos estudos e na realização desta dissertação.

Por último, mas não menos importante, queria expressar, aqui, o meu sincero agradecimento a todos os que não foram mencionados mas que, de uma maneira ou doutra, contribuíram para a concretização deste trabalho.

## **LISTA de SIGLAS**

ANP - Assembleia Nacional Popular.

ARE - Agência de Regulação Económica.

CDS/PP - Centro Democrático Social/Partido Popular.

DECRP - Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza.

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique.

IDC - Internacional Democrata Centrista.

IFH - Instituto do Fomento da Habitação.

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

IS - Internacional Socialista.

ISCSP-UTL – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

MpD - Movimento para a Democracia.

MPLA - Movimento Para a Libertação de Angola.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

PNH - Plano Nacional de Habitação.

PNLP - Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.

PS - Partido Socialista.

PSD - Partido Social Democrata.

SASE - Serviço de Acção Social e Escolar.

SNS - Serviço Nacional de Saúde.

UID - União Internacional Democrata.

UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrática.

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

## **RESUMO**

A “Ideologia Política: Direita e Esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010” é o objecto de estudo desta dissertação.

O objectivo fundamental do presente trabalho consiste, sobretudo, na identificação da direita e da esquerda na posição ideológica dos seguintes partidos políticos em Cabo Verde: *Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde* (PAIGC); *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV); *Movimento para a Democracia* (MpD) e a *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID).

A análise da direita e da esquerda na posição ideológica dos referidos partidos políticos foi centralizada nos sectores da educação, saúde, habitação e no sector económico.

Partindo dos pressupostos da “igualdade social” como critério que define a esquerda e da “desigualdade social” como paradigma da direita, foi possível concluir que todos os mencionados partidos apostaram numa política de melhoria das condições de vida do povo de Cabo Verde e na criação de condições de acesso de todos os cabo-verdianos aos serviços de educação, saúde e habitação social. Neste sentido, os supracitados partidos implementaram um programa político de promoção da igualdade social no arquipélago de Cabo Verde. Por conseguinte, adoptaram uma estratégia política que tende para a ideologia de esquerda.

O PAIGC e o PAICV pautaram por uma política de planificação da economia durante o regime de partido único com o objectivo de um desenvolvimento equilibrado e justo em Cabo Verde.

Em 1991, o MpD ganhou as primeiras eleições livres e multipartidárias e enveredou por uma política de liberalização e privatização do sector económico. Assim sendo, o Governo do MpD tomou a iniciativa no sentido de incentivar e apoiar o sector privado no processo de dinamização da economia no arquipélago. A política da UCID tende, igualmente, para o processo de privatização e liberalização do sector privado em Cabo Verde.

O PAICV regressou ao poder em 2001 e pautou as suas actuações na criação do sistema de regulação do sector económico no sentido de equilibrar a dinâmica de liberalização e privatização da economia implementadas durante a governação do MpD.

Em termos de política económica, o PAIGC e o PAICV adoptaram uma ideologia política que tende para a esquerda e o MpD e a UCID implementaram medidas políticas que se inclinam para a ideologia da direita.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, Ideologia política direita/esquerda, MpD, PAICV, PAIGC e UCID.

## **ABSTRACT**

The “Political ideology: Right and Left in Cape Verde, from 1975 to 2010” is the object of study of this dissertation.

The basic objective of the present work consists, over all, in the identification of the right and the left on the ideological position of the following political parties in Cape Verde: African party of the Independence of the Guiné-Bissau and Cape Verde (PAIGC); African party of the Independence of Cape Verde (PAICV); Movement for the Democracy (MpD) and the Cape Verde’s Union and Democratic Independent (UCID).

The analysis of the right and the left in the ideological position of the related political party was centered in the sectors of the education, health, habitation and in the economic sector.

Assuming “social equality” as criterion that defines the left and the “social inequality” as paradigm of the right, it was possible to conclude that all the political parties mentioned had bet in policies and measurement that improve the welfare of Cape Verde’s People and create the conditions to all Cape Verdeans to access education services, health and social habitation. In this sense, the above-mentioned parties had implemented political programs that promote social equality in the archipelago of Cape Verde. Therefore, they adopted a political strategy that tends to the left ideology.

The PAIGC and the PAICV have striven for policies and measurement of planning the economy during the monoparty regimen with the objective to achieve a balanced and fairly economics development in Cape Verde.

In 1991, the MpD gained the first free and multi-party elections and pursue their strategies on politics of liberalization and privatization of the economics sector. Thus being, the Government of the MpD took the initiative in the direction to stimulate and support the private sector in the process of dynamization of the economy in the archipelago. The UCID’s politics tends, equally, for the process of privatization and liberalization of the private sector in Cape Verde.

The PAICV returned to the power in 2001 and strove its plan in the creation of the system of regulation of the economic sector in the direction to balance the dynamics of liberalization and implemented privatization of the economy during the governance of the MpD.

In terms of Economic policy, the PAIGC and the PAICV adopted a political ideology that tends to the left and the MpD and the UCID had implemented measured politics that incline for the right’s ideology.

**Key words:** Cape Verde, Political Ideologies Right/Left, MpD, PAICV, PAIGC and UCID.



## INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta tem como objecto de estudo “Ideologias Políticas: Direita e Esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010”.

O presente trabalho inscreve-se no âmbito do Curso de Mestrado em Ciência Política ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL).

Em termos de organização, o presente trabalho está estruturado em três (3) capítulos.

No primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre a operacionalização dos conceitos de ideologia, ideologia política; conceito e perspectiva evolutiva da direita e da esquerda; e a noção de liberalismo económico. Procuramos, ainda, desenvolver uma breve análise da relação passível de se estabelecer entre ideologia, partido e poder político.

No segundo capítulo, apresentamos uma análise histórico-evolutiva do surgimento das forças políticas em Cabo Verde, com destaque para a génese do *Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde* (PAIGC), do *Partido Africano para a Independência de Cabo Verde* (PAICV), do *Movimento para a Democracia* (MpD) e da *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID).

No último capítulo, fazemos convergir a nossa análise para o estudo da direita e da esquerda na posição ideológica dos já referidos partidos políticos.

É na sequência deste quadro que procedemos ao desenvolvimento do objecto de estudo acima identificado.

Desenvolvemos a investigação sobre a referida problemática sem qualquer pretensão de esgotar as concepções ideológicas de direita e esquerda em Cabo Verde. Assumimos aqui, claramente, a natureza fundamentalmente exploratória do estudo que a seguir apresentamos, com a plena consciência de que estamos a pisar terreno inóspito no qual não podemos senão ensaiar os primeiros passos, na expectativa de que os contributos agora conseguidos possam vir a constituir substrato e possível matéria-prima capaz de fertilizar sementeiras futuras.

## **1. Interesse ou motivação para o estudo do Tema**

O nosso interesse para o estudo da direita e esquerda em Cabo Verde prende-se com a alternância política ocorrida no país após as primeiras eleições livres e multipartidárias realizadas em 1991. Nessas eleições, o *Movimento para a Democracia* (MpD) derrotou o *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV) que governou o país desde 1981, sob um regime de partido único. Volvidos dez (10) anos, o PAICV regressou ao poder nas eleições gerais de 2001, empurrando o MpD novamente para a oposição. Nas legislativas de 2006, o Partido da Independência foi reconduzido ao poder com uma nova maioria absoluta.

Consumada a alternância política nas ilhas de Cabo Verde importa, agora, esclarecer uma questão que nos parece pertinente, que é a de saber a posição ideológica do *Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde* (PAIGC) tendo em conta o seu papel na luta pela independência e governação de Cabo Verde no período entre 1975 a 1980. Pretendemos, igualmente, esclarecer a área ideológica do PAICV e do MpD, actuais forças políticas da área de governação no arquipélago e a da *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID), que nunca dirigiu o destino do país mas que tem desempenhado um papel de oposição firme e sustentada no Parlamento Cabo-verdiano.

Uma outra razão que nos incentivou para a investigação da temática tem a ver com as frequentes dúvidas e interrogações que envolvem os termos direita e esquerda em Cabo Verde. O referido objecto de estudo nunca foi suficientemente explorado no país. Aliás, é importante salientar que no arquipélago, não existem estudos específicos sobre o tema, salvo alguns artigos nos jornais e folhetos partidários, mas sem qualquer rigor científico e nem sequer é comum a utilização das expressões “direita” e “esquerda”, em termos teóricos. Resta, agora, apurar a realidade.

Eis, a nossa profunda motivação para a investigação científica do tema em apreço como forma de ajudarmos a esclarecer as noções dos referidos termos em Cabo Verde.

## **2. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do Tema**

Deparamos com imensas dificuldades no desenvolvimento desta Tese. Desde logo, porque é um trabalho praticamente original na medida em que, como já referenciámos anteriormente, não existem estudos específicos sobre esta questão em Cabo Verde. Para o efeito, recorreremos ao estudo de obras de autores e investigadores cabo-verdianos e estrangeiros que se têm debruçado sobre temas conexos, de capital importância para a compreensão e interpretação do objecto de estudo em análise.

Deparamos, igualmente, com algumas dificuldades no que se refere à aquisição dos Programas dos sucessivos Governos de Cabo Verde e de outros documentos políticos, nomeadamente os documentos afectos ao MpD, muitos dos quais, nem sequer existem na Sede deste partido.

Enfrentamos, ainda, muitas dificuldades na aquisição dos documentos políticos da UCID, uma vez que este partido não dispõe de uma Sede a funcionar plenamente na capital do país. Sobre este partido, só conseguimos adquirir o seu primeiro Programa Político de 1991.

### **3. Relevância do Objecto de Estudo para a Ciência Política**

A ideologia política direita/esquerda surgiu na sequência da Revolução Francesa de 1789. Na sua origem, a direita consistia na defesa do poder da autoridade real e a esquerda correspondia a um sistema que lutava pelos valores da liberdade e do progresso. Nos finais do Séc. XX, pensadores como Norberto Bobbio e Anthony Giddens definem a direita como uma corrente ideológica que tende para a defesa da desigualdade social entre os homens e a esquerda uma ideologia que consiste na implementação de um programa socio-político que visa a promoção da igualdade social.

Apesar da sua origem distante no tempo, a ideologia política direita/esquerda constitui, actualmente, objecto de profunda análise e debate no meio socio-político do mundo ocidental, entre os seus defensores e os que negam a sua existência na realidade política contemporânea.

A referida dicotomia defende ideias e programas opostos. Neste sentido, ela assume particular importância no campo da Ciência Política, enquanto área do conhecimento que debruça sobre as questões relacionadas com a luta para a conquista ou a manutenção do poder político.

### **4. Perspectiva Teórica da Investigação**

Para o melhor enquadramento e desenvolvimento do objecto de estudo em análise, recorreremos às contribuições dos teóricos da Perspectiva Neo-Institucionalista de inspiração histórica e sociológica.

O pressuposto básico do Neo-Institucionalismo consiste na ideia de que as instituições são fundamentais para a análise dos fenómenos sociais e políticos, uma vez que exercem uma grande influência nos resultados sociais e políticos. As instituições são entendidas como “os procedimentos, protocolos, normas e convicções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da

comunidade política ou da economia política”<sup>1</sup>. Elas exercem uma forte influência no comportamento dos actores sociais e políticos, na medida em que funcionam como “modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a acção”<sup>2</sup>. Nesta lógica, as consequências políticas e sociais espelham, em certa medida, o grau da influência das instituições no comportamento dos políticos.

Relativamente à nossa investigação, as instituições são os partidos políticos e as suas respectivas ideologias. Estas representam, assim, um conjunto de princípios, normas e regras que orientam os homens para a acção política e conseqüentemente, influenciam os resultados sociais e políticos.

O Institucionalismo Histórico atribui uma grande “importância às instituições políticas oficiais ao mesmo tempo que desenvolve uma concepção mais ampla das instituições que têm importância e do modo como essa importância se manifesta. Considera que a organização institucional da comunidade política ou a economia política era o principal factor a estruturar o comportamento colectivo e a estruturar resultados distintos”<sup>3</sup>.

Quanto à questão: como é que as instituições afectam o comportamento dos indivíduos, os teóricos desta perspectiva apresentam duas (2) soluções: uma está relacionada com a “perspectiva calculadora” e a outra com a “perspectiva cultural”.

Os defensores da primeira perspectiva “dão ênfase aos aspectos do comportamento humano que são instrumentais e orientados no sentido de um cálculo estratégico. Eles postulam que os indivíduos buscam maximizar seus rendimentos com referência a um conjunto de objectivos definidos por uma função de preferência dada e que, ao fazê-lo, eles adoptam um comportamento estratégico, ou seja, examinam todas as escolhas possíveis para seleccionar aquelas que oferecem um benefício máximo. Em geral, os objectivos ou preferências do autor são definidos de maneira exógena com relação à análise institucional”<sup>4</sup>.

Os apologistas da “perspectiva cultural” afirmam que “o comportamento jamais é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo que é própria do indivíduo”<sup>5</sup>.

No entendimento de Armando Albuquerque, “a vertente histórica do institucionalismo propugna o *path dependent*, isto é, defende a existência de uma causalidade social dependente da trajetória

---

<sup>1</sup>HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R., *Institucionalismo e Neo-Institucionalismo*, in <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PGR>, Consultado em 17/03/12, 16:00.

<sup>2</sup>HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R., *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*, in <http://www.scielo.br/pdf/in/n58a10n58.pdf>, Consultado em 17/03/12, 18:00.

<sup>3</sup>Idem, Consultado em 18/03/12, 10:00.

<sup>4</sup>Idem, *ibidem*, Consultado em 18/03/12, 11:00.

<sup>5</sup>*ibidem*, Consultado em 18/03/12, 12:00.

percorrida. Não obstante, os institucionalistas históricos reconhecem outros factores importantes nas suas análises além das instituições como, por exemplo, o desenvolvimento socioeconómico e a difusão de ideias”<sup>6</sup>.

O Institucionalismo Sociológico configura-se a partir de três características fundamentais: “a primeira consiste em conceber as instituições de maneira mais ampla, incluindo além de regras e procedimentos formais, sistema de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que são também condutores da acção humana; a segunda característica diz respeito a uma dimensão cognitiva do impacto das instituições sobre os actores sociais e a última se refere à origem das instituições”<sup>7</sup>. Neste sentido, “os institucionalistas sociológicos afirmam que as mudanças das práticas institucionais são muito mais relacionadas aos valores que a legitimam do que propriamente as questões relacionadas ao aumento da sua eficácia”<sup>8</sup>.

Centramos, assim, a análise da temática no quadro da perspectiva sociológica tendo em conta a forma ampla como concebe as instituições e, sobretudo, pela sua influência sobre os actores sociais e políticos. Levamos em consideração também a perspectiva histórica, uma vez que se pretende analisar o estudo da direita e da esquerda em Cabo Verde de 1975 a 2010, o que vai exigir conhecer o antes e o depois, efectuar comparações, etc.

## 5. Fontes

Na realização desta dissertação de Mestrado utilizámos a fonte documental directa/primária nomeadamente: os Programas dos Governos de Cabo Verde, os Programas dos Partidos Políticos representados no Parlamento Cabo-verdiano, a Constituição da República de Cabo Verde e o Boletim Oficial do país.

Utilizámos, igualmente, a fonte documental indirecta ou secundária (obras literárias de relevo para o objecto de estudo, Dissertação e Teses de Mestrados relevantes, enciclopédias, dicionários políticos e sites da internet).

## 6. Nota Metodológica

Baseamos a nossa análise da posição ideológica da direita e da esquerda em Cabo verde, nas categoriais como a Educação, Saúde, Habitação e, sobretudo, no Modelo Económico. A análise do

---

<sup>6</sup> ALBUQUERQUE, Armando, *Ciência Política*, in <http://www.armandoalbuquerque.kit.net>, p. 7, Consultado em 18/03/12, 14:00.

<sup>7</sup> Idem, Consultado em 18/03/12, 15:00.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 8, Consultado em 18/13/12, 16:00.

referido objecto de estudo incide, particularmente, sobre o sector económico porque é neste capítulo que os programas dos referidos partidos são mais desiguais em termos de estratégia política.

Nos sectores da educação, saúde e habitação todos os partidos políticos em Cabo Verde preocuparam-se com a implementação de medidas socio-políticas que tendem para o melhoramento da qualidade de ensino, da melhoria das condições de saúde e da melhoria da habitação social.

Em relação ao sector económico as forças políticas no arquipélago de Cabo verde seguiram caminhos diferentes.

O PAIGC optou por uma política de planificação da economia com o objectivo de promover uma maior igualdade entre os cabo-verdianos.

O PAICV adoptou, também, o sistema de planificação da economia durante a I República e apostou nos mecanismos de regulação deste sector na II República como estratégias de implementação de uma política de equilíbrio social no arquipélago. Nesta linha de análise, consideramos as medidas políticas desses dois partidos mais inclinadas para a esquerda do que para a direita.

O MpD, por sua vez, tomou mais medidas políticas para a liberalização e privatização da economia em Cabo Verde. Neste sentido, as actuações políticas deste partido tendem mais para a direita.

O programa político da UCID no domínio económico tende, também, para o sistema de liberalização e privatização deste sector. Nesta lógica, a ideologia política deste partido inclina-se, igualmente, para a corrente ideológica da direita.

Em termos metodológicos, consideramos que o método qualitativo de base documental é aquele que mais se adequa à análise do objecto de estudo, tendo em conta a natureza essencialmente teórica desta investigação. O referido método assenta, fundamentalmente, na análise dos documentos de uma forma analítica e crítica, valoriza os aspectos significativos e mais representativos do fenómeno bem como os dados quantitativos (estatísticas eleitorais).

Assim, a partir das obras de referências, das teses de mestrados e outros documentos relacionados com o tema, procuraremos extrair as ilações e conclusões possíveis sobre o fenómeno em estudo.

### 6.1. Perguntas de Partida

Para o melhor enquadramento da problemática do objecto de estudo, entendemos que é fundamental o levantamento das seguintes perguntas de partida:

- a) Pode considerar-se a existência de ideologias políticas em Cabo Verde, numa acepção geral/ampla?
- b) A utilização da corrente ideológica “direita” e esquerda” faz algum sentido em ambiente parlamentar em Cabo Verde? Representa algo de “real”, “palpável”?
- c) A que área ideológica (direita ou esquerda) pertence o *Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo verde* (PAIGC) e os outros três (3) partidos políticos com assento parlamentar em Cabo Verde: *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV); *Movimento para a Democracia* (MpD) e da *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID)?
- d) Qual é a força política mais liberal em Cabo verde?

### 6.2. Objectivos

Para a concretização do presente trabalho, formulámos, de entre outros, os seguintes objectivos:

- a) Identificar a direita e a esquerda na concepção ideológica do PAIGC, PAICV, MPD e da UCID.
- b) Caracterizar a área ideológica dos referidos partidos políticos.
- c) Comparar a ideologia política das supracitadas forças políticas.
- d) Identificar o partido político mais liberal em Cabo Verde.

### 6.3. Hipóteses

A hipótese é uma estratégia metodológica de extraordinária importância para um trabalho de investigação científica, na medida em que define as “fronteiras da investigação, dado que formula respostas provisórias à questão objecto de estudo, remetendo para a investigação o propósito de aferir a veracidade ou falsidade do seu fundamento”<sup>9</sup>. A formulação da hipótese “é simplesmente um pressentimento sobre a regularidade possível dos factos políticos, sobre o relacionamento dos conceitos”<sup>10</sup>.

Tendo em conta os pressupostos da hipótese e, considerando também, as perguntas de partida e os objectivos, avançamos, desde logo, com a formulação das seguintes hipóteses de trabalho:

**Hipótese 1. Em sectores como a educação, saúde e habitação, o PAIGC, PAICV, MpD e a UCID privilegiam as medidas socio-políticas que tendem para uma ideologia política de esquerda.**

A situação de extrema pobreza no arquipélago é uma questão que tem preocupado todos os partidos políticos em Cabo Verde. Neste sentido, apostaram seriamente na resolução dos problemas básicos que afectam o quotidiano dos cabo-verdianos, nomeadamente: a implementação de medidas para a redução da pobreza; a criação de condições de acesso à educação, saúde e habitação; as medidas para a diminuição da taxa de desemprego, entre outras. Nesta circunstância, todas as forças políticas adoptaram um sistema político assente na promoção de equilíbrio da desigualdade social no país. Neste caso, optaram por uma ideologia política que tende para a esquerda.

**Hipótese 2. No domínio económico, o PAIGC e o PAICV estão situados à esquerda do MpD e da UCID.**

Entre 1975 a 1991, o PAIGC e o PAICV assumiram uma política de planificação da actividade económica como estratégia de desenvolvimento harmonioso e equilibrado em Cabo Verde. Efectivamente, o Governo do PAIGC/CV “adoptou uma estratégia socialista, redistributiva, preocupada com a valorização dos recursos endógenos (ambiente, educação, formação técnica, saúde), a unificação do mercado interno e a satisfação das necessidades da população”<sup>11</sup>. Da independência do país em 1975 a 1991, o Estado tem desempenhado um papel decisivo na organização e planificação do sector económico.

---

<sup>9</sup> DUVERGER, Maurice, *Ciência Política: Teoria e Métodos*, 3ª ed., Tradução de Heloísa de Castro Lima, Zahar, Rio de Janeiro, 1981, p. 384.

<sup>10</sup> MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Livraria Almedina, Coimbra, 1993, p. 262.

<sup>11</sup> REIS, Vítor, *Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Edição do Autor, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 2000, p. 99.



Em 1991, o *Movimento para a Democracia* (MpD) venceu as eleições gerais com uma maioria absoluta e introduziu no país um conjunto de reformas políticas e económicas que se distanciaram claramente do sistema de planificação da economia implementado pelo PAIGC/CV no período compreendido entre 1975 a 1991. Efectivamente, “a partir da instalação da democracia multipartidária, o Estado transfere para a iniciativa privada uma parte das suas responsabilidades no desenvolvimento económico do país”<sup>12</sup>. Portanto, o Governo do MpD “viria então a adoptar uma política de liberalização e a deslocar para a iniciativa privada o papel que até aí fora desempenhado pelo Estado em domínio de actividade produtiva”<sup>13</sup>.

Na verdade, após 1991 houve uma certa liberdade económica que se traduziu na descentralização da economia e no incentivo ao sector privado no país.

Analisando a actividade política em Cabo Verde em 2004, Katia Aline Cardoso considerou que “existem dois momentos importantes na vida política do país que estão associados a dois modelos de economia totalmente opostos: o da independência (1975) até à instauração da democracia e do multipartidarismo (1991), e a partir daí até à actualidade”<sup>14</sup>.

Regressando ao poder em 2001, o PAICV centrou as suas actuações na criação de mecanismos de regulação da actividade económica com o objectivo de equilibrar as desigualdades sociais surgidas através do processo de privatização implementado pelo MpD em 1991.

Por sua vez, o programa político da UCID inclina, de certa forma, para um sistema de privatização e liberalização da economia.

Assim sendo, em termos de políticas económicas, consideramos o MpD e a UCID como partidos que tendem para a direita e o PAIGC e PAICV como partidos situados à esquerda daqueles.

---

<sup>12</sup> Idem, p. 98.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p. 121.

<sup>14</sup> **CARDOSO**, Katia Aline Lopes Rodrigues, *Díspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde - A Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana*, Edição da Autora, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 2004, p. 65.

## I CAPÍTULO

### Ideologias, Política e Partidos Políticos: Uma Perspectiva Histórico-Teórica

#### 1. Ideologias

A expressão “ideologia” surgiu “durante a Revolução Francesa por um grupo de filósofos de orientação sensualista, entre os quais emerge, principalmente, Destutt de Tracy”<sup>15</sup>. Na sua origem, ela designa “o estudo das ideias, enquanto factos individuais da consciência, derivados das sensações”<sup>16</sup>. Porém, no decurso do tempo, ela foi alvo de várias interpretações.

Na verdade, a “ideologia” é um termo muito complexo e polissémico. Com efeito, ele possui “numerosos significados e conotações”<sup>17</sup>, tais como: “decepção, distorção ou falsidade; sonho; consciência; crítica social; conjunto de conceitos; ideias e manipulação”<sup>18</sup>.

De momento, não nos vamos deter sobre estes conceitos porque não cabem no objecto de estudo por nós definido no âmbito desta dissertação que se procura dotar do carácter científico exigido.

---

<sup>15</sup> **ANTUNES**, Manuel, “Ideologia”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 10, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, 1992, p. 816.

<sup>16</sup> **REIS**, Carlos, “Ideologia”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 15, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 2000, p. 379.

<sup>17</sup> **MACRIDES**, Roy C., *Ideologias Políticas Contemporâneas*, Tradução de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura, Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 18.

<sup>18</sup> *Idem*, pp. 18-20.

Por questões de natureza introdutória e, até mesmo, didáctica, entendemos que é fundamental a abordagem do conceito de “significado fraco” e de “significado forte” de ideologia.

No seu sentido “fraco”, a ideologia significa “sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos colectivos”<sup>19</sup>.

Por sua vez, “o significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e diferencia-se claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a ideologia é uma crença falsa. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o carácter mistificante de falsa consciência de uma crença política”<sup>20</sup>.

O conceito de “significado fraco” de ideologia é aquele que mais nos interessa para o desenvolvimento deste trabalho. Optamos por esta acepção de ideologia pelas razões que têm a ver com a sua própria essência, assim como pelo correspondente papel na condução dos homens para a acção política e, conseqüentemente, também para a conquista ou manutenção do poder.

É, pois, na lógica do sentido fraco que centraremos esta investigação científica. Aliás “na ciência e na sociologia política contemporânea, predomina nitidamente o significado fraco de Ideologia, tanto na acepção geral quanto na particular”<sup>21</sup>.

Em termos teóricos, gerais e, sob o ponto de vista “fraco”, as ideologias exercem um efeito positivo no domínio da ciência política não só pela orientação dos actores sociais para o combate político, mas também na procura de uma solução para uma convivência na sociedade.

Na sequência do “significado fraco”, Roy Macrides, define a ideologia como “um conjunto de ideias e crenças através das quais percebemos o mundo exterior. É um meio através do qual tentamos apreender e compreender o mundo. As ideologias são orientadas para a acção. Isto é, consistem em ideias compartilhadas por muitas pessoas que agem juntas ou são influenciadas a agir juntas de forma a alcançar fins postulados”<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> **STOPPINO**, Mário, “Ideologia”, in *Dicionário de Política*, vol. 1, 12ª ed., Organização de Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino Gianfranco, Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini, UnB, Brasília, 2004, p. 585.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>22</sup> **MACRIDES**, Roy C., *op. cit.*, nota 17, p. 20.

Do ponto de vista do Professor Sousa Lara, a ideologia “traduz-se numa força social à qual corresponde uma doutrina produzida num sistema complexo de causa e efeito”<sup>23</sup>.

Na concepção de Anthony de Crespigny e de Jeremy Cronin, por sua vez, as ideologias “são sistemas de crenças e atitudes orientados para a prática e ligados a grupos sociais”<sup>24</sup>.

Por seu turno, o Professor Marques Bessa afirma que as ideologias “são concepções que tentam disciplinar e orientar a organização e uso do poder, segundo as suas mundovisões, as suas prioridades, assim como servir de guia ao comportamento colectivo”<sup>25</sup>.

## 2. Ideologia Política

No sentido estritamente político, as ideologias são instrumentos que “mobilizam homens e mulheres para a acção em favor de um ou outro ponto de vista, e em favor de um ou outro movimento ou partido. Seu objectivo é, invariavelmente, tanto a preservação de um ponto de vista determinado como a mudança do estado de coisas existente, inclusive o próprio sistema político”<sup>26</sup>.

As ideologias políticas são, na concepção do Professor Adriano Moreira, “sistemas de ideias que presidem à luta política, orientando os agentes individuais e colectivos nessa competição pela captura, manutenção e exercício do Poder”<sup>27</sup>.

No entendimento do Professor J. Monteiro, elas são os “instrumentos utilizados na captura do aparelho do Estado, que é a sua principal finalidade”<sup>28</sup>.

Em suma, as ideologias políticas representam um conjunto de ideias, de valores políticos, económicos e sociais que orientam uma organização para a acção política. Elas impulsionam no sentido da luta para a conquista ou a manutenção no poder.

---

<sup>23</sup> LARA, António de Sousa, *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, vol. I, Pedro Ferreira, Lisboa, 1994, p. 37.

<sup>24</sup> CRESPIGNY, Anthony e CRONIN, Jeremy, *Ideologias Políticas*, Tradução de Sérgio Duarte, Universidade de Brasília, Brasília, 1981, p. 5.

<sup>25</sup> BESSA, António Marques, *Dicionário Político do Ocidente*, Editorial Intervenção, Braga - Lisboa, 1979, p. 166.

<sup>26</sup> MACRIDES, Roy C., *op. cit.*, nota 17, p. 25.

<sup>27</sup> MOREIRA, Adriano, *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Amadora, 1979, p. 263.

<sup>28</sup> MONTEIRO, J. A. Pereira, *Poder e Obediência (Uma Teoria do Conhecimento)*, ISCSP, Lisboa, 2003, p. 432.

### 3. Ideologias, Partidos e Poder Político

As ideologias, os partidos e o poder político são três (3) expressões intimamente ligadas e indissociáveis em ciência política. As referidas expressões encontram-se indissolúvelmente associadas porque as ideologias exercem uma forte influência sobre os actores políticos e sociais, conduzem a luta pelo poder político e, conseqüentemente, a conquista e exercício do poder. “As ideologias procuram impor-se como orientações normativas da sociedade política, e para tanto os seus adeptos procuram apoderar-se do poder político”<sup>29</sup>.

A ideologia é um suporte teórico ou um instrumento sempre presente na disputa do poder político. Elas “nascem das necessidades da prática, são os factos que instrumentalizam as ideias”<sup>30</sup>.

Os partidos políticos são “organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do Poder”<sup>31</sup>.

Na Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura, no seu Volume número 22, o Professor Jorge Miranda define o partido como uma “associação de carácter permanente, organizada, para a intervenção no exercício do poder político, procurando com o apoio popular a realização de um programa de fins gerais. O partido envolve, pois: uma base de militantes, autonomia perante os órgãos formais do Estado, duração por tempo indefinido, serviço de interesse geral, vocação para o exercício do poder e dependência de apoio popular”<sup>32</sup>.

Na concepção do Professor Marques Bessa, a quem já anteriormente fizémos referência, o partido é uma “organização ideológica que tem por objectivo conquistar ou participar no exercício do poder político”<sup>33</sup>.

Para o escritor e político cabo-verdiano, Doutor Onésimo Silveira, “partido é, essencialmente, uma configuração organizativa à qual se associa um conjunto de funções específicas. São essas funções, de controlo associativo, ideológico e filosófico, que lhe conferem uma tipicidade própria”<sup>34</sup>.

---

<sup>29</sup> MOREIRA, Adriano, *Ideologias Políticas: Introdução à História das Teorias Políticas*, ISCSPU, Lisboa, 1964, p.73.

<sup>30</sup> MALTEZ, José Adelino, *Ensaio sobre os problemas do Estado*, Tomo II, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1991, p. 74.

<sup>31</sup> MOREIRA, Adriano, *op. cit.*, nota 10, p. 171.

<sup>32</sup> MIRANDA, Jorge, “Partido” in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 22, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 2002, p. 261.

<sup>33</sup> BESSA, António Marques, *op. cit.*, nota 25, p. 251.

<sup>34</sup> SILVEIRA, Onésimo, *A Democracia em Cabo Verde*, Edições Colibri, Lisboa, 2005, p. 7.

No essencial, o partido é uma organização política, é uma associação de pessoas que seguem a mesma ideologia e lutam para um objectivo comum que é o poder político.

Com efeito, a ideologia é um instrumento de crucial importância para uma força política, uma vez que ela representa um quadro de orientações teóricas que conduzem a vida de qualquer partido político. A prática política de um partido tem sido, por isso e normalmente, a materialização de um conjunto de ideias ou programas previamente concebidos que constituem, no fundo, a ideologia defendida por esse partido.

A ideologia política é, assim, um instrumento que nos permite conceber uma ideia teórica sobre as eventuais actuações práticas de um partido. Através dela podemos perspectivar o futuro e traçar o rumo para uma nova vida.

Além disso, ela é também um conjunto de convicções, de princípios e valores que nos permite fazer uma interpretação ou caracterização prévia de uma determinada força política. Neste sentido, entendemos que é inconcebível a existência de uma organização política na ausência de uma ideologia. Aliás, nós consideramos que, a adesão ou a filiação num determinado partido político é motivada, em grande medida, pela ideologia que ele defende e na qual nos revemos, integramos e que nos diz respeito. Daí, a nossa firme convicção relativamente à existência de uma estreita ligação entre as ideologias, os partidos e o poder político.

De facto, a ideologia é um instrumento muito útil aos partidos políticos e à sociedade em geral. Neste sentido, “a presença das ideologias na sociedade humana corresponde a uma inevitabilidade”<sup>35</sup>.

Para além da sua função normativa, da sua influência sobre os indivíduos e de se representar como solução para a convivência social, a ideologia assume (no seu sentido amplo, fraco e em sentido restritamente político) particular relevância na esfera da ciência política, não só pela quantidade de debate que ela suscita entre os actores sócio-políticos, mas também, pela constante necessidade de aperfeiçoar ou ajustar os seus princípios e valores aos novos desafios e às exigências do tempo, como aconteceu, por exemplo, com as inovações introduzidas nas correntes ideológicas da direita e esquerda por autores como Norberto Bobbio e Anthony Giddens cujas modificações efectuadas apresentaremos mais adiante, neste trabalho.

Assim, como já tivémos a oportunidade de salvaguardar anteriormente, a direita e a esquerda são as concepções ideológicas que constituem o cerne desta investigação que se espera merecedora de

---

<sup>35</sup> LARA, António de Sousa, *Ciência Política - Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1998, p. 54.

carácter científico que se busca conseguir. No subcapítulo que se segue centraremos, então, o nosso estudo sobre os conceitos e evolução da ideologia política de direita e esquerda.

#### 4. Direita e Esquerda (conceito e evolução)

Enquanto ideologias políticas, a direita e a esquerda remontam à “primeira Revolução Francesa, começada em 5.5.1789, com a reunião dos chamados Estados Gerais, em Versalhes, quando os defensores do poder real se sentaram no lado direito da sala”<sup>36</sup>. No seu sentido histórico, “a Direita significava a reforma ou o consensualismo, isto é, a conciliação entre a representação popular e o poder real, tal como a moderação cartista da restauração veio a consagrar, já a Esquerda assumia a ruptura, o monismo de uma soberania popular”<sup>37</sup>.

Conforme referiu Miguel Galvão Teles, no período da Revolução Francesa, a oposição direita/esquerda traduzia-se num confronto “entre uma Direita monárquico-aristocrática, assente numa estrutura económica rural, e uma Esquerda liberal, de base burguesa”<sup>38</sup>. No contexto dessa Revolução, “a direita seria a defensora da autoridade e a esquerda a líder das liberdades, do progresso social, da justiça, da igualdade”<sup>39</sup>.

Nos seus primórdios, a direita correspondia a um sistema conservador, aristocrático e fechado. A esquerda contestava o regime vigente e defendia os valores da liberdade, do progresso e os ideais de um Estado democrático.

Da investigação entretanto efectuada, foi possível constatar que os referidos termos são muito complexos, imprecisos e relativos. Neste sentido, Anthony Giddens, sociólogo inglês (1938), assegurou que “desde que apareceu, em finais do século XVIII, a distinção entre esquerda e direita tem-se mantido ambígua e difícil de definir, mas recusa-se obstinadamente a desaparecer”<sup>40</sup>. Segundo este mesmo autor, “o conceito de esquerda e direita mudou de significado de acordo com as modas. Um olhar pela evolução do pensamento político mostra que as mesmas ideias foram consideradas como de esquerda em certas épocas e em determinados contextos para, noutras circunstâncias, serem consideradas de direita. Por exemplo, os partidários das filosofias de mercado livre eram considerados esquerdistas no século XIX, mas nos nossos dias são normalmente colocados na direita”<sup>41</sup>.

---

<sup>36</sup> MALTEZ, José Adelino, “Direita e Esquerda”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 9, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 1999, p. 450.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> TELES, Miguel Galvão, “Direitas e Esquerdas”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 6, Editorial Verbo, Lisboa, 1988, p. 1474.

<sup>39</sup> BESSA, António Marques, *op. cit.*, nota 25, p. 127.

<sup>40</sup> GIDDENS, Anthony, *Para Uma Terceira Via*, 1ª ed., Tradução de Saul Barata, Editorial Presença, Lisboa, 1999, p. 41.

<sup>41</sup> Idem.

Retomando a questão sobre a problemática da relatividade dos significados das duas correntes ideológicas referidas, José Maria Coloma acrescentou que, “a História demonstra que se trata de conceitos muito relativos não só porque um extremo se define em relação ao outro, mas também pela relatividade de ambos relativamente ao tempo e ao lugar em que se utilizam”<sup>42</sup>.

Efectivamente, os dois conceitos são controversos, variam não só em relação ao tempo e espaço mas também de autor para autor. Ademais, a utilização da referida dicotomia em outros campos do conhecimento como na religião, na economia, no domínio das mentalidades, da cultura, na vida quotidiana, entre outros, tem sido um outro factor que contribui, de certa forma, para o carácter relativo da direita e esquerda.

Apesar da sua variabilidade no tempo e no espaço, assim como da contestação em torno das duas expressões, a direita e a esquerda continuam ainda a dominar o espectro político do mundo ocidental da actualidade. Por um lado, porque no Parlamento, os deputados do partido da ala direita mantêm a tradição de ocupar o lado direito da mesa da Assembleia e os da esquerda assumem a posição inversa. A propósito desta ideia de disposição dos deputados no Parlamento, Galvão Teles salientou que, actualmente, “em quase todos os Parlamentos se respeita, de fazer sentar, no hemiciclo, os grupos mais conservadores à direita da mesa e os que pretendem uma alteração mais profunda do *statu quo* sócio-político à sua esquerda”<sup>43</sup>.

Por outro lado, a dicotomia continua a alimentar inúmeros debates no meio social e político entre aqueles que defendem a sua importância sempre actual e os que negam a sua influência ou impacto na cena política contemporânea. De acordo com os dados existentes, Jean Paul Sartre, filósofo francês (1905-1980), foi considerado um dos principais críticos da oposição direita/esquerda, alegando “que direita e esquerda são duas caixas vazias. Já não teriam qualquer valor heurístico ou classificativo, e muito menos estimativo”<sup>44</sup>.

Reagindo à posição dos críticos e contestatários das ideologias em geral e, particularmente, da direita e da esquerda, Norberto Bobbio, cientista político italiano, argumentou que, “não existe nada de mais ideológico do que a afirmação da crise das ideologias. Em segundo lugar, os termos esquerda e direita não designam apenas ideologias. Reduzí-los a mera expressão de um pensamento ideológico seria uma simplificação indevida, já que designam programas opostos em relação a muitos problemas cuja solução compete habitualmente à acção política, oposições não só de ideias mas

---

<sup>42</sup> **COLOMA**, José Maria, *Dicionário Popular de Política*, 5ª ed., Tradução de António José Massano, Assírio & Alvim, Lisboa, 1974, p. 43.

<sup>43</sup> **TELES**, Miguel Galvão, *op. cit.*, nota 38.

<sup>44</sup> **BOBBIO**, Norberto, *Direita e Esquerda*, Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Editorial Presença, Lisboa, 1994, p. 28.



também de interesses e de opiniões acerca da direcção a dar à sociedade, oposições que existem em toda a sociedade e que não se vê como poderão desaparecer”<sup>45</sup>.

Em relação aos defensores da citada díade, a discussão gira, sobretudo, em torno dos critérios que caracterizam as duas concepções ideológicas.

Conforme foi referido anteriormente, a citada dicotomia é utilizada em vários campos de conhecimento, mas é no capítulo da política que nos propomos aprofundar o seu estudo.

A problemática em estudo não se esgota no presente trabalho. E, como tal, só é possível contar com a contribuição de alguns dos autores (de entre a multiplicidade dos possíveis) que consideramos fundamentais para a análise da questão da direita e esquerda em geral e, particularmente, em Cabo Verde.

De entre os vários estudiosos que se dedicaram ao estudo desta questão destacaremos, então, os seguintes:

Enrique Tierno Galván, político e sociólogo espanhol (Madribe, 1918-1986) considera que “a direita define posições conservadoras, ao passo que a esquerda define posições políticas progressistas”<sup>46</sup>.

Na perspectiva de Ricardo de la Cierva, historiador e político espanhol (1926), a direita é uma forma de viver segundo os hábitos e valores tradicionais. Isto é, a direita é uma atitude de submissão “aos valores tradicionais, aos ritos, às convenções estabelecidas, o seu receio perante a mudança, a sua intenção de monopolizar politicamente os grandes valores do passado, as grandes ideias como a pátria, os grandes símbolos como a bandeira, as grandes vivências como a religião”<sup>47</sup>. A esquerda, pelo contrário, procura libertar os homens dos valores tradicionais e aspira à liberdade e ao progresso da sociedade.

Os conceitos dos pensadores espanhóis acima referidos identificam-se, praticamente, com as noções originais da direita e da esquerda da Revolução Francesa de 1789. Ou seja, a direita surge associada a uma postura que parece tender, acima de tudo, à salvaguarda da tradição e manutenção da situação vigente, enquanto a esquerda parece orientar-se no sentido de derrubar o *statu quo* existente com o objectivo de instaurar a liberdade e a democracia.

---

<sup>45</sup> Idem, pp. 28,29.

<sup>46</sup> **GALVÁN**, Enrique Tierno, *O que são As Esquerdas*, Tradução de Eduardo Saló, APUL, Lisboa, 1976, p. 11.

<sup>47</sup> **CIERVA**, Ricardo de la, *O que são As Direitas*, Tradução de Eduardo Saló, APUL, Lisboa, 1977, p. 14.

Mais recentemente, nos finais do século XX, pensadores como Jaime Nogueira Pinto, Norberto Bobbio, Anthony Giddens, entre outros, encetaram um esforço no sentido de procurarem actualizar as noções de direita e esquerda segundo a perspectiva do actual cenário político do universo contemporâneo. Assim, a igualdade e a justiça social surgiram como a marca da esquerda e a desigualdade social como critério que caracteriza a posição ideológica da direita.

Na sua obra “*A Direita e as Direitas*”, Jaime Nogueira Pinto, autor português e Professor Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP-UTL) entende que a direita envolve um conjunto de características tais como: “pessimismo antropológico, anti-utopismo, direito à diferença, propriedade e antieconomicismo, nacionalismo, organicismo, elitismo”<sup>48</sup>.

O significado do elitismo é o que mais se encaixa na análise do conceito de direita que procuramos levar em consideração neste trabalho. Segundo a lógica elitista, “a direita acentua a perspectiva hierárquica e elitista de qualquer sociedade e considera a anarquia e o igualitarismo como utopias ou discurso justificativo de oligarquias dominantes que governam sociedades desiguais em nome de tais «fórmulas políticas» igualitárias”<sup>49</sup>.

Neste termo, a direita é defensora de uma desigualdade social, tendo em conta a sua perspectiva hierárquica da sociedade.

A esquerda é, na concepção do referido autor português, uma corrente ideológica que se contrapõe à direita. Segundo ele, o “optimismo antropológico, utopismo, racionalismo, linearismo evolutivo, igualitarismo, economicismo, socialismo, internacionalismo, democratismo e humanitarismo”<sup>50</sup>, são as principais características do pensamento político da esquerda.

Deter-nos-emos, em particular, sobre o significado de igualitarismo dada a sua importância para a análise da ideologia da esquerda que nos propomos explorar nesta dissertação. O igualitarismo diz respeito “a um dogma da natural igualdade de possibilidades inatas entre os homens e, no ponto de chegada, ao desejável de uma igualdade político-económica na gestão de negócios públicos e na distribuição da riqueza”<sup>51</sup>.

Segundo o conceito de igualitarismo, a esquerda propõe uma maior igualdade entre os homens.

---

<sup>48</sup> PINTO, Jaime Nogueira, *A Direita e as Direitas*, DIEFEL, Carnaxide, 1996, pp. 31-33.

<sup>49</sup> Idem, p. 33.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, pp. 37-43.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 41.

Os significados de elitismo e de igualitarismo extraídos da obra de Nogueira Pinto são, respectivamente, os que mais se identificam com o presente conceito de direita e esquerda desenvolvidos por autores como Norberto Bobbio e Anthony Giddens.

Norberto Bobbio, teórico político italiano (1909-2004), foi um dos investigadores que fez um estudo muito profundo e cuidadoso sobre os actuais conceitos da dicotomia em apreço.

Na sua perspectiva, a “igualdade” é o princípio que caracteriza a esquerda e a “desigualdade” é a categoria identificadora da direita. Isto é, a esquerda sustenta uma linha que luta pela igualdade social, enquanto a direita é conotada com uma corrente ideológica que considera a desigualdade social uma inevitabilidade.

É importante salientar aqui o carácter relativo do termo “igualdade” tal como defendido pela esquerda. Segundo o autor italiano, “o conceito de igualdade é relativo, não absoluto. Quando se introduz o discurso sobre a maior ou menor desejabilidade e/ou a maior ou menor possibilidade de concretização da ideia de igualdade, deve ter-se em conta, pelo menos, as três variáveis seguintes: a) os indivíduos entre os quais há que repartirem os bens ou os encargos; b) os bens ou encargos a repartir; c) o critério segundo o qual serão repartidos”<sup>52</sup>. E conclui afirmando que a maioria das repartições igualitárias pode ser obtida com a combinação destas três variáveis.

Insistindo na “igualdade” como característica de esquerda, Bobbio teve o cuidado de esclarecer uma eventual confusão entre o conceito de igualdade ou “igualitário” e o de “igualitarismo”, explicando que “uma coisa é uma doutrina ou um movimento igualitários, que tendem a reduzir as desigualdades sociais e a tornar menos penosas as desigualdades naturais, e outra coisa é o igualitarismo, quando é entendido como igualdade de todos em tudo”<sup>53</sup>. Esta distinção entre os dois termos é fundamental para a compreensão da igualdade na implementação de políticas de desenvolvimento social.

A esquerda acredita na igualdade social porque “parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que a indignam, e que gostaria de eliminar, são sociais e, como tal, elimináveis”<sup>54</sup>, sendo por isso possível, a promoção de uma comunidade mais equilibrada sob o ponto de vista social.

Na lógica de Norberto Bobbio, a inclinação da esquerda pela redução da desigualdade social “não significa que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita as queira conservar a todas, mas apenas que a esquerda é mais igualitária e a direita mais inigualitária”<sup>55</sup>. Reforçando a

---

<sup>52</sup> **BOBBIO**, Norberto, *op. cit.*, nota 44, p. 77.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>54</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 84.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 82.

sua ideia de “igualdade” e “desigualdade”, o pensador italiano asseverou que “igualitário é aquele que tende a atenuar as diferenças e inigualitário é aquele que tende a acentuá-las”<sup>56</sup>.

Prosseguindo com o esclarecimento da sua teoria da igualdade social, o referido autor realçou que a igualdade não deve ser entendida “como a utopia de uma sociedade onde todos são iguais em tudo, mas como tendência, por um lado, para exaltar mais aquilo que torna os homens iguais do que aquilo que os torna desiguais, e, por outro lado, na prática, para favorecer as políticas que visam tornar mais iguais os desiguais”<sup>57</sup>.

Em termos teóricos, formais, a esquerda é apologista de uma igualdade social e tem como principal preocupação a melhoria das condições de vida das classes mais desfavorecidas da população. A política defendida pela esquerda parece apontar no sentido de uma aposta na elevação do nível de vida das camadas mais desprotegidas da sociedade, para um patamar de convivência mais condigno e humano que se traduz na defesa de medidas como a luta pela expansão do subsídio de alimentação, do acesso ao ensino, à educação, à saúde, à habitação, entre outros. A ideologia da esquerda parece inclinar-se, assim, para a defesa dos mais fracos e para a luta em prol dos mais necessitados.

A Direita é, por sua vez, uma ideologia que parece defender uma sociedade hierarquizada à qual contrapõe a política de justiça social e a igualdade de oportunidades da esquerda.

A corrente ideológica da direita parece sustentar que as desigualdades sociais “são naturais e, como tal, inelimináveis”<sup>58</sup>. Na linha desta perspectiva, as desigualdades sociais são consideradas normais no seio da sociedade. Por esta razão, a direita não se empenha tanto na luta para o nivelamento da sociedade. Pelo contrário, a sua política parece contribuir para acentuar cada vez mais o fosso entre ricos e pobres. Estes tendem cada vez mais para pobreza e aqueles enriquecem ainda mais com as medidas políticas implementadas pelo governo da direita.

Para os defensores da direita, “as desigualdades naturais existem e, se algumas podem ser corrigidas, a maior parte delas não pode ser eliminada. As desigualdades sociais também existem e, se algumas podem ser corrigidas e mesmo eliminadas, muitas, e em especial aquelas de que os próprios indivíduos são responsáveis, só podem ser desencorajadas”<sup>59</sup>. Na sequência deste pensamento, a desigualdade social é algo que surge naturalmente e, sendo assim, ela deve ser consagrada pela ordem jurídica e defendida pelo poder político. Sendo a desigualdade social algo imanente a uma ordem natural, os ideólogos da direita tendem a defender a criação de mecanismos

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>59</sup> *Ibidem*, pp. 81,82.

políticos para assegurar os direitos e as liberdades das elites sociais e económicas. É neste sentido que a política da direita é vista como tendencial ao favorecimento do grupo dos mais fortes, dos empresários e das elites.

Na perspectiva da ideologia de direita os desequilíbrios sociais e económicos resultam, então, de circunstâncias estritamente naturais. É neste contexto que compreendemos aquela que se apresenta como a tendência dos políticos da direita para um manifesto défice de sensibilidade relativamente ao Estado social.

No entanto, não queremos afirmar com isto que a direita não tem preocupações sociais. Evidentemente que as terá, mas em menor grau nomeadamente quando em confronto com as tendências das medidas políticas de esquerda, que se apresentam como preferencialmente voltadas para a justiça social. O programa político da direita não se apresenta, por isso, como capaz de satisfazer os reais anseios dos pobres e dos mais vulneráveis. A esquerda, pelo contrário, tende a centrar a sua política na promoção da igualdade e justiça social.

Anthony Giddens (sociólogo e político inglês) assegura que a “igualdade ou justiça social é básica para a perspectiva da esquerda”<sup>60</sup>. Mas admite que a igualdade social de Norberto Bobbio “necessita de algum refinamento. Os da esquerda não somente buscam a justiça social, mas também acreditam que o governo deve desempenhar um papel-chave na promoção dessa meta. Em vez de falar de justiça social como tal, é mais preciso dizer que ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante sobretudo por ser relevante para as oportunidades de vida, o bem-estar e a auto-estima das pessoas”<sup>61</sup>.

Segundo Giddens, a igualdade social não deve ser vista apenas como um mero princípio da esquerda, mas sim pelo seu valor para a comodidade e conforto social. Portanto, a justiça social é, assim, um objectivo supremo e um valor absoluto para a ideologia da esquerda.

Para o autor britânico, a promoção da igualdade e da justiça social conduz a uma “política de emancipação” conferindo, assim, mais liberdade e mais autonomia às pessoas. Ademais, “a política de emancipação” contribui para a melhoria das condições de vida das pessoas, promove as capacidades individuais e o bem-estar social e visa a garantia da paz e felicidade colectiva.

E, quanto à direita que preconiza uma sociedade hierarquizada, o inglês considera que “uma sociedade de grandes desigualdades está a molestar-se a si própria por não fazer o melhor uso dos

---

<sup>60</sup> GIDDENS, Anthony, *A Terceira Via*, Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, Instituto Teotônio Vivela, Brasília, F. D., 1999, p. 51.

<sup>61</sup> Idem.

seus talentos e capacidades dos cidadãos. Além disso, as desigualdades podem ameaçar a coesão social e ter outras consequências muito indesejáveis do ponto de vista da sociedade (como a de provocarem altos índices de criminalidade)<sup>62</sup>.

Com efeito, a política da direita apresenta-se como prejudicial para os pobres e para os mais desprotegidos, que mais precisam do apoio do Estado para a satisfação das suas necessidades básicas. A política implementada pelos governos da direita surge como perversa porque tende para o agravamento da desigualdade entre os homens, para a destruição do Estado social, para a diminuição de oportunidade nas várias etapas da vida social e profissional. Enfim, a ideologia da direita não estimula o desenvolvimento das capacidades intelectuais e provoca um descontentamento generalizado no seio dos mais vulneráveis que, como sublinhou Giddens, pode incitar um clima de revolta e de instabilidade social, como é evidente.

O liberalismo económico é uma característica da direita que procuraremos tomar em consideração no desenvolvimento desta investigação científica.

## 5. O Liberalismo económico como característica da Direita

Num contexto de globalização generalizada em que o mundo se encontra “mergulhado”, o liberalismo económico é, praticamente, uma inevitabilidade na actual conjuntura social e política do mundo ocidental.

“O liberalismo é simultaneamente uma teoria, uma doutrina, um programa e uma prática. É também, e mais fundamentalmente ainda, uma atitude, isto é, uma predisposição do espírito para encarar numa certa perspectiva, os problemas postos ao homem pela organização da vida em sociedade”<sup>63</sup>.

O liberalismo defende a total liberdade dos indivíduos em todos os domínios (económico, político, social, religioso, etc.). Neste sentido, a liberdade é, portanto, o pressuposto primordial do liberalismo.

Traduzindo o pensamento de Friedrich Hayek (um eminente teórico do liberalismo económico contemporâneo – 1899-1992), Manuel Fontaine Campos define a liberdade “como sendo a possibilidade que a cada indivíduo deve ser garantida de poder utilizar os seus conhecimentos na prossecução dos seus próprios fins. Deste princípio resulta outro: o da minimização da coerção – o

---

<sup>62</sup> GIDDENS, Anthony, *op. cit.*, nota 40, p. 44.

<sup>63</sup> BURDEAU, Georges, *O Liberalismo*, Tradução de J. Ferreira, Publicação Europa - América, Póvoa de Varzim, 1979, p. 9.

Estado só deve utilizar a força quando tal seja necessário para evitar que os indivíduos se cojam uns aos outros”<sup>64</sup>.

Na perspectiva de Georges Burdeau, “a liberdade é a faculdade presente em todo o homem de agir segundo a sua própria determinação, sem ter de suportar outros limites para além daqueles que são necessários para a liberdade dos outros”<sup>65</sup>. No essencial, a liberdade é a permissão de agir livremente, sem qualquer limitação ou obstáculo. Quando por qualquer razão, um indivíduo tentar contra a liberdade do outro surge, assim, o Estado ou a força para normalizar a situação, evitando, assim, que alguém interfira na liberdade do outro.

Burdeau enalteceu a liberdade individual do sistema liberal, mas alertou que essa liberdade não ocorre de forma caótica e desorganizada. “O liberalismo tem necessidade de ordem e, por conseguinte, do Estado, que é quem principalmente a pode garantir. Mas equivale também a dizer que essa necessidade é em função das circunstâncias. Garantida a segurança, afasta-se o recurso ao poder público; quando ela fica ameaçada, vai-se outra vez procurá-lo”<sup>66</sup> de modo que o indivíduo possa exercer a sua função sem qualquer constrangimento.

Em sentido amplo, o liberalismo económico é entendido como “qualquer orientação técnica, doutrinária ou política favorável à ideia de que o quadro fundamental do sistema económico é a liberdade dos indivíduos e suas associações, partindo do princípio de que as suas actuações livres concorrerão natural e automaticamente para a harmonia de conjunto e para a realização do máximo bem-estar”<sup>67</sup>.

O liberalismo económico põe a tónica na economia de mercado, considerando que “a economia de mercado é aquela ordem económica que permite a maximização do produto. O que é o contrário do que pretendiam as ideologias comunistas, segundo as quais o controlo centralizado da economia tornaria o seu funcionamento mais eficiente”<sup>68</sup>.

O liberalismo económico é a capacidade de agir livremente no sector económico. Ele opõe-se a uma política de intervenção do Estado na área económica e a uma tentativa de planificação do sector económico por parte da entidade estatal. Enfim, ele consiste na iniciativa individual, na economia de

---

<sup>64</sup> **CAMPOS**, Manuel Fontaine, “Friedrich August Von Hayek: Liberdade e Ordem Espontânea”, in *Pensamento Político Contemporâneo*, Organização de João Carlos Espada e João Cardoso Rosas, Bertrand Editora, Lisboa, 2004, p. 37.

<sup>65</sup> **BURDEAU**, Georges, *op. cit.*, **nota 63**, p. 37.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>67</sup> **FRANCO**, A. L. Sousa, “Liberalismo Económico”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 17, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 2000, p. 1017.

<sup>68</sup> **CAMPOS**, Manuel Fontaine, *op. cit.*, **nota 64**.

mercado, na defesa da livre concorrência, no livre cambismo, na lei da procura e oferta e da livre circulação da riqueza.

Pela operacionalização dos conceitos de liberalismo e de liberalismo económico, concluímos que é extremamente difícil a implementação de um verdadeiro liberalismo económico em Cabo Verde. Esta percepção advém do facto de Cabo Verde ser um país pobre, que não dispõe de recursos naturais e vive em grande medida da ajuda externa e de remessas de emigrantes. Na nossa perspectiva, os recursos naturais e as riquezas económicas são as condições *sine qua non* para a implementação de um verdadeiro sistema liberal num país. Não dispondo de tais condições, é mais razoável acreditar numa certa intervenção do Estado na regulação do sector económico do que propriamente numa actividade puramente liberal num país pobre, ainda por cima arquipelágico, como é Cabo Verde. Por outro lado, um verdadeiro liberalismo económico provoca enorme desequilíbrio social, que não é salutar num país como aquele cuja análise está em apreço e que é o nosso.

Porém, um dos objectivos complementares desta investigação consiste em saber qual é o partido passível de ser identificado como comungando de uma inspiração de natureza tendencialmente liberal em Cabo Verde. Isto é, qual o partido que tomou mais medidas políticas (ou pelo menos as mais decisivas em termos efectivos) para proceder à privatização ou liberalização do sector económico no país, no sentido de abrir a economia à iniciativa privada?

É, assim, no quadro das privatizações do sector económico e no incentivo e apoio concedidos às iniciativas privadas que procuraremos analisar o liberalismo económico como um elemento que caracteriza a ideologia da direita.

A nossa reflexão sobre a direita e a esquerda em Cabo Verde é ancorada, essencialmente, como já ficou bem perceptível nas páginas anteriores, nas contribuições resultantes da análise sobre a direita e a esquerda de Norberto Bobbio e de Anthony Giddens, por se revelarem mais actuais e, portanto, a nosso ver, mais ajustadas à realidade sócio-económica e política contemporâneas.

No entanto, antes de nos debruçarmos sobre a direita e a esquerda na posição ideológica do PAIGC/CV, do MpD e da *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID) propomos, em primeiro lugar, o desenvolvimento de um breve historial dos referidos partidos políticos. A história do surgimento dos supracitados partidos permite-nos, em certa medida, uma melhor compreensão da posição ideológica de partida, adoptada por cada um desses partidos políticos.



## II CAPÍTULO

### Os Partidos Políticos em Cabo Verde (1975-2010): Um Breve Historial

A história do actual *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV) está directamente associada à do *Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde* (PAIGC). Por esta razão, o PAIGC é considerado o pai ideológico do PAICV. Neste sentido, o Senhor Pedro Pires, antigo Primeiro-Ministro e terceiro Presidente da República de Cabo Verde sublinhou que o PAICV é o “filho directo, legítimo, do PAIGC. Herdeiro do pensamento e da obra de Cabral, continuador da história do PAIGC”<sup>69</sup>.

Nesta circunstância, e porque o desenvolvimento da história do PAIGC é de extrema importância para a compreensão do surgimento do PAICV e de toda a evolução política no arquipélago de Cabo Verde pós-independência, apresentamos aqui a respectiva (embora necessariamente breve) perspectiva histórico-evolutiva dos dois actores.

#### 1. O PAIGC

Não podemos dissociar a figura de Amílcar Cabral do *Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde* (PAIGC), partido do qual foi principal fundador e Secretário-Geral durante cerca de 17 anos.

---

<sup>69</sup> PIRES, Pedro, “Intervenção do Camarada Pedro Pires, no Comício de Encerramento do I Congresso do PAICV”, in *I Congresso do PAICV*, Edições PAICV, Praia, 1981, p. 72.

Amílcar Lopes Cabral nasceu em 1924, em Bafatá na Guiné-Bissau e foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973, em Conakry. Era filho de Juvenal Lopes Cabral (um cabo-verdiano) e de Iva Pinhel Évora (uma guineense).

Na verdade, o *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC) foi fundado em Bissau, a “19 de Setembro de 1956, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, entre outros jovens patriotas da Guiné e Cabo Verde”<sup>70</sup>.

Pelo que é hoje possível saber, o partido terá sido criado clandestinamente e nessa condição terá vivido durante algum tempo, pois o I Congresso do PAIGC foi realizado “em Cassacá, de 13 a 17 de Fevereiro de 1964”<sup>71</sup>, oito (8) anos após a sua fundação.

Parecem não restar dúvidas quanto ao facto de o PAIGC ter sido criado para combater o colonialismo português. A “liquidação imediata da odiosa dominação colonial portuguesa na Guiné e em Cabo Verde e a conquista da independência nacional dos povos guineense e cabo-verdiano”<sup>72</sup>, bem como, “a criação das bases indispensáveis à construção de uma vida nova, digna e livre para o povo da Guiné e Cabo Verde”<sup>73</sup> teriam sido identificados, de entre outros, como os principais objectivos do referido partido. Segundo Cabral, o objectivo supremo da luta de libertação residia na “construção de uma vida de paz, de progresso e felicidade para os povos irmãos da Guiné e Cabo Verde”<sup>74</sup>.

Após a fundação do partido, Cabral intensificou o contacto com os guineenses e cabo-verdianos no sentido de os incentivar, de os mobilizar e de os preparar para a luta de libertação que foi desencadeada a “23 de Janeiro”<sup>75</sup> de 1963.

Mas, antes e durante a luta armada na Guiné-Bissau, Cabral estabeleceu uma série de relações diplomáticas com Organizações Internacionais, países amigos e com o Vaticano no sentido de denunciar os actos de violência e de massacre praticados pela potência colonizadora nas referidas colónias.

Assim, em 1962, o líder Cabral “apresenta-se pela primeira vez diante das Nações Unidas com um trabalho profundo de análise e crítica ao colonialismo português e de defesa dos interesses do nosso

---

<sup>70</sup> Veja-se para o efeito: “Introdução”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981, p. 9.

<sup>71</sup> **CABRAL**, Amílcar, *O Homem e a sua Obra*, Edição dos Serviços Culturais do Conselho Superior da Luta, Conakry, 1973, p. 4.

<sup>72</sup> **CABRAL**, Amílcar, *O Que Quer o Nosso Partido?*, FLGCV/PAI, Conakry, 1960, p. 1.

<sup>73</sup> **CABRAL**, Vasco, Intervenção de Vasco Cabral no Simposium realizado em Conakry, dia 31 de Janeiro de 1973, em homenagem à memória e obra de Amílcar Cabral, Documento emitido pelo Departamento do Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros, Conakry, 1973, p. 1.

<sup>74</sup> **CABRAL**, Amílcar, *op. cit.*, nota 71, p. 2.

<sup>75</sup> *Idem*, p. 4.

povo na Guiné e Cabo Verde”<sup>76</sup>. Em 1968, ele denunciou “os crimes dos colonialistas portugueses perante a Comissão dos Direitos do Homem na ONU”<sup>77</sup>. No ano seguinte, na presença da mesma Comissão, aproveitou a oportunidade para divulgar “os bárbaros crimes dos colonialistas portugueses contra o nosso povo”<sup>78</sup>.

Em 1970, o Papa Paulo VI recebeu “os dirigentes máximos dos 3 Movimentos de Libertação das colónias portuguesas - MPLA, FRELIMO e PAIGC. Nessa audiência, o camarada Amílcar Cabral, numa breve alocução, respondeu ao Sumo Pontífice, em nome dos dirigentes dos 3 Movimentos”<sup>79</sup>. Um ano depois, o dirigente máximo do partido apresentou “em Estocolmo (Suécia), numa Conferência de Imprensa, a situação de fome nas Ilhas de Cabo Verde”<sup>80</sup>.

Já em Outubro de 1971, ele visitou “várias capitais europeias – Helsínquia, Londres e Dublin – onde o nosso Partido alcança novas vitórias importantes no plano internacional. O nosso Secretário-Geral é recebido na Finlândia pelo Presidente da República – o que acontecia pela primeira vez a um representante de um movimento de libertação – e pelo Ministro de Negócios Estrangeiros; encontra-se na Inglaterra com os dirigentes sindicais britânicos e com o Secretário-Geral do Partido Trabalhista; participa neste país numa série de reuniões de massas e dá uma Conferência de Imprensa na Câmara dos Comuns”<sup>81</sup>.

Para além dos referidos contactos diplomáticos, Cabral fez um périplo pela Tunísia no Norte de África, Itália, Cuba, Sudão, Estados Unidos da América, Ex-URSS, China, Japão, entre outros. Nessas viagens, ele não se limitava apenas a declarar as seculares situações de miséria, de fome, sofrimento e violência praticados pelos colonialistas portugueses na Guiné-Bissau e em Cabo Verde mas também, aproveitava a ocasião para pedir apoios internacionais para a concretização da independência nas supracitadas colónias. Tal objectivo foi conseguido com a proclamação da independência da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973 e de Cabo Verde em “5 de Julho de 1975”<sup>82</sup>.

Com a independência da Guiné-Bissau, o Senhor Luís Cabral que era também Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, foi eleito Presidente da República da Guiné-Bissau e, para Primeiro-Ministro, foi designado João Bernardo Vieira, conhecido também, por Nino Vieira.

---

<sup>76</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>78</sup> *Ibidem.*

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>80</sup> *Ibidem.*

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>82</sup> Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 1, 5 de Julho, Praia, 1975, p. 3.

Em relação a Cabo Verde, o Senhor Aristides Pereira, Secretário-Geral do partido, foi eleito Presidente da República, enquanto Pedro Pires foi nomeado Primeiro-Ministro.

O PAIGC, enquanto partido de unidade e luta para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tornou-se uma organização política supra-nacional na medida em que foram instituídos dois Governos do PAIGC, um em Bissau e o outro na Cidade da Praia.

Portanto, o PAIGC é ao mesmo tempo um partido supra-nacional e “bi-nacional no poder na Guiné-Bissau e Cabo Verde”<sup>83</sup>.

Entretanto, em 1980, o Presidente da República da Guiné-Bissau e Secretário-Geral Adjunto do PAIGC em Bissau foi destituído do cargo na sequência de uma insurreição militar chefiada por Nino Vieira. Este incidente provocou uma ruptura com o PAIGC de Cabo Verde que, na sequência deste acontecimento, mudou o nome para PAICV.

## 2. O PAICV

O *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV), actual partido no poder no arquipélago, surgiu na sequência “do golpe de Estado perpetrado na noite de 14 de Novembro de 1980 contra o regime constitucional instituído na Guiné-Bissau e, designadamente, contra o seu Presidente, Camarada Luís Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC”<sup>84</sup>.

O golpe do dia 14 de Novembro foi desencadeado por um grupo, designado “Conselho da Revolução”, formado por militantes do PAIGC na Guiné-Bissau e liderado pelo “Sr. João Bernardo Vieira, antigo Primeiro-Ministro do Governo que acabou de ser derrubado”<sup>85</sup>.

No entendimento do líder do “Conselho da Revolução”, o golpe de Estado foi o único meio encontrado para acabar com um conjunto de constrangimentos na Guiné-Bissau, nomeadamente, com “a atitude passiva do Camarada Secretário-Geral perante o comportamento e posições anti-democráticas do Camarada Luís Cabral que contribuiu largamente para a deterioração da situação no país; com o descontentamento em relação a certos artigos da Constituição e com a influência de Luís

---

<sup>83</sup> PEREIRA, Aristides, “Discurso Introdutório do Secretário-Geral, Camarada Aristides Pereira, na Conferência Nacional dos Militantes do PAIGC”, in *I Congresso do PAICV*, Edições PAICV, Praia, 1981, p. 42.

<sup>84</sup> Ver “Comunicado do Conselho de Ministros”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981, p. 37.

<sup>85</sup> Ver “Despachos”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa 1981, p. 27.

Cabral sobre certos quadros que impediram os deputados de tomar parte activa nas discussões da Constituição na ANP<sup>86</sup>.

Nino Vieira justificou, igualmente, que existia uma “hegemonia cabo-verdiana e um colonialismo cabo-verdiano na Guiné; uma unidade de cavaleiro e cavalo e um entrave à afirmação da identidade nacional guineense e o caos económico”<sup>87</sup>.

Aristides Pereira não concordou com os argumentos do dirigente máximo do “Conselho da Revolução” e considerou infundadas as justificações da destituição do Governo de Bissau.

Numa carta enviada a Nino Vieira e, mais tarde, num comunicado dirigido aos militantes do PAIGC em Cabo Verde, Pereira condenou veementemente o comportamento dos golpistas, sublinhando que, “os golpes de Estado nunca foram métodos do PAIGC para a resolução dos problemas internos pois o Partido possui órgãos eficazes para esse efeito, nomeadamente, os organismos supra-nacionais e os Conselhos Nacionais, estes, com plenos poderes estatutários para tomar decisões sobre todas as questões políticas e partidárias de cada um dos países”<sup>88</sup>.

Mesmo assim, o Secretário-Geral tentou persuadir os autores do golpe de Estado, mas os mesmos não cederam à pressão da entidade máxima do partido. Pelo contrário, mantiveram firmes nas suas convicções e mostraram-se determinados a prosseguir “de maneira irreversível a marcha inicial de 14 de Novembro”<sup>89</sup>. Contudo, os militares disponibilizaram-se para participar num eventual encontro com o Presidente do PAIGC para a discussão e análise dos acontecimentos em Bissau, mas tal encontro não se realizou.

Depois dos sucessivos contactos com os elementos do “Conselho da Revolução”, o líder máximo do PAIGC reuniu-se com os militantes do partido em Cabo Verde para analisar o incidente de Bissau. Da reunião, Aristides Pereira concluiu que “é tempo de cada um assumir de facto as suas responsabilidades frente ao seu povo, à África e à História”<sup>90</sup>. Pereira reiterou, igualmente, que o Estado de Cabo Verde estava disposto para dialogar “com o novo regime constituído na Guiné, que na base da lealdade e do realismo permita a continuidade de relações de cooperação fraterna na via do progresso entre os povos cabo-verdiano e guineense”<sup>91</sup>.

---

<sup>86</sup> **VIEIRA**, João Bernardo, “Mensagens Trocadas entre o Secretário-Geral do PAIGC e o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981, p. 44.

<sup>87</sup> **PEREIRA**, Aristides, *op. cit.*, **nota 83**, pp. 18-22.

<sup>88</sup> **PEREIRA**, Aristides, “Comunicação do Secretário-Geral do PAIGC”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981, p. 55.

<sup>89</sup> **VIEIRA**, João Bernardo, *op. cit.*, **nota 86**, p. 45.

<sup>90</sup> **PEREIRA**, Aristides, “Mensagens Trocadas entre o Secretário-Geral do PAIGC e o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981, p. 51.

<sup>91</sup> *Idem.*

O teor das mensagens entre o Secretário-Geral do PAIGC e o chefe dos militares aponta, claramente, para um cenário de ruptura no projecto de unidade Guiné-Bissau / Cabo Verde. Tal cenário foi confirmado no I Congresso do PAICV, realizado na Cidade da Praia, em 1981.

A insurreição militar na Guiné-Bissau foi o tema central do I Congresso do PAICV. Após um profundo debate e análise do tema, os delegados reunidos em Congresso entenderam que não havia condições para a continuação do projecto da unidade entre os dois países.

Assim, face a esta situação, os congressistas proclamaram “a existência de um partido nacional em Cabo Verde, o qual passará a denominar-se, Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). O novo partido adoptou o conteúdo ideológico do programa do PAIGC e continuará empenhado na sua materialização com vista à realização do objectivo supremo de luta do povo cabo-verdiano: construir uma nova sociedade de justiça, progresso, liberdade, onde não haja exploração do homem pelo homem. O PAICV assumiu, desde logo, a sua fidelidade ao pensamento ideológico de Amílcar Cabral, o qual continuará a guiar a sua acção”<sup>92</sup>. O partido foi também proclamado, como “força política dirigente da sociedade e do Estado”<sup>93</sup>.

Realmente, o referido golpe de Estado contribuiu, por um lado, para o fim do “princípio da unidade Guiné-Bissau / Cabo Verde”<sup>94</sup> e, conseqüentemente, para a dissolução do PAIGC enquanto partido supra-nacional, no poder na Guiné e Cabo Verde. E, por outro lado, permitiu o surgimento de uma nova organização política em Cabo Verde designada PAICV.

Na verdade, o *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* foi formalmente constituído em 20 de Janeiro de 1981 e apresentou-se como um partido de carácter nacional sem qualquer vinculação com o PAIGC da Guiné-Bissau com o qual havia mantido uma relação de unidade de 25 anos.

O PAICV continuou a dirigir os destinos de Cabo Verde até 1991, altura em que o partido foi derrotado pelo *Movimento para a Democracia* (MpD), naquelas que foram as primeiras eleições gerais e multipartidárias realizadas no país.

### 3. O MpD

O *Movimento para a Democracia* (MpD) e a *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID) surgiram na sequência de uma permanente e crescente contestação e crítica ao sistema de

---

<sup>92</sup> Veja-se, para o efeito, “Proclamação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde”, in *I Congresso do PAICV*, Edições PAICV, Praia, 1981, pp. 47,48.

<sup>93</sup> *Idem*, p. 48.

<sup>94</sup> PEREIRA, Aristides, *op. cit.*, nota 83.

partido único implementado pelo PAIGC e instituído pela Constituição da República de Cabo Verde de 1980.

É importante recordar que o artigo 4º da Constituição da República de 1980, no seu número 1, consagra o *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC), como a única “força política dirigente da sociedade e do Estado”<sup>95</sup>.

Conforme foi referido anteriormente, o PAICV foi criado em 1981 com o estatuto de partido político dirigente da sociedade e do Estado de Cabo Verde. Neste sentido, o PAICV adoptou, igualmente, o referido artigo 4º da Constituição da República de 1980 que proibia a existência de qualquer outra formação política no arquipélago de Cabo Verde.

O sistema de partido único imposto no arquipélago desencantou os cabo-verdianos que sonhavam com um regime de democracia e liberdade depois da independência de Cabo Verde. “Porém, cedo se desiludiram muitos dos que acreditaram nessa possibilidade, pois, a adopção unilateral de um regime político de partido único cerceador dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, centralizador, estatizante e dominador de toda a sociedade, bem como a prática política do partido no poder fizeram ruir todas as esperanças de um Cabo Verde de liberdade”<sup>96</sup>.

A adopção do referido regime gerou, paulatinamente, um sentimento de revolta entre os que defendiam um regime multipartidário.

As crescentes contestações ao monopartidarismo no país acabaram por pressionar o PAICV a rever a Constituição da República de 1980 para instituir o regime democrático no arquipélago e, conseqüentemente proceder a uma abertura política em Cabo Verde.

Assim, a Assembleia Nacional aprovou a Lei Constitucional número 2/III/90 que revogou o artigo 4º da Constituição da República e institucionalizou o multipartidarismo em Cabo Verde. A referida lei estabeleceu que “é livre a constituição de partidos políticos”<sup>97</sup>. Foi igualmente instituída, a total liberdade para “os partidos políticos concorrerem para a organização e expressão da vontade popular e do pluralismo político e constituem estrutura mediadora fundamental da participação dos cidadãos na vida política”<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Constituição da República de Cabo Verde, INCV, Praia, 1980, p. 4.

<sup>96</sup> Programa Político do Movimento para a Democracia, Edição do MpD, Mindelo, 1990, p. 6.

<sup>97</sup> Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 39, 29 de Setembro, Praia, 1990, p. 1.

<sup>98</sup> Idem.

Após a institucionalização do princípio do pluralismo político, um grupo de cidadãos afectos ao MpD, solicitou ao Supremo Tribunal de Justiça “a legalização do Movimento para a Democracia como partido político”<sup>99</sup>. A referida instituição aceitou tal pedido de legalização do partido e mandou “que se inscreva o Movimento para a Democracia – MPD, como partido político, em registo próprio no Supremo Tribunal de Justiça”<sup>100</sup>.

Foi através desta “dinâmica, impregnada dos valores da liberdade e democracia, que emerge o Movimento para a Democracia”<sup>101</sup> na cidade da Praia, em 1990.

Em virtude da sua luta em defesa dos valores da liberdade e democracia, o MpD é, também, denominado partido da liberdade e democracia.

Foi, igualmente, devido ao descontentamento com o regime monista e totalitário do PAIGC/CV, que foi criado o Partido da *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID).

#### 4. A UCID

Tal como o MpD, a UCID emergiu no contexto da resistência ao regime de partido único imposto pelo PAIGC, logo após a independência de Cabo Verde. O monopartidarismo não foi nem visto nem aceite de bom grado pelos cabo-verdianos, apologistas de um pluralismo democrático no seu país.

Os emigrantes cabo-verdianos que estiveram na origem da formação da UCID foram os primeiros contestatários do regime de partido único.

No entendimento desses emigrantes, o regime autocrático e monista do PAIGC/CV havia criado enormes dificuldades ao povo de Cabo Verde. Segundo os mesmos, essas “dificuldades só desaparecerão com a instauração no nosso país duma democracia baseada nas aspirações profundas do povo cabo-verdiano”<sup>102</sup>.

Na linha do descontentamento com o regime de partido único, “um grupo de emigrantes e exilados cabo-verdianos na diáspora, fundou a (UCID) União Cabo-verdiana Independente e Democrática, na clandestinidade, em 1977”<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 49, 8 de Dezembro, Praia, 1990, p. 864.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> *Op. Cit.*, nota 96.

<sup>102</sup> Programa Político da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), Gráfica do Mindelo LDA., Mindelo, 1991, p. 3.

<sup>103</sup> Idem, p. 6.



Depois da sua formação, a UCID lançou “uma vasta campanha de denúncia, ao mesmo tempo que promove uma série de acções contra o regime do partido único no poder, gerador do mal-estar em Cabo Verde”<sup>104</sup>.

Efectivamente, a *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID) foi formalmente reconhecida, como partido político, após a abertura política de 1990, mais concretamente, a partir do seu “I Congresso Nacional em 24-07-91”<sup>105</sup>.

Devido ao atraso na sua legalização, a UCID não participou nas primeiras eleições livres e multipartidárias em Cabo Verde, mas apoiou firmemente o *Movimento para a Democracia* (MpD) contribuindo, assim, em grande medida, para a expressiva vitória dessa força política “nas eleições de 13 de Janeiro de 1991”<sup>106</sup>.

Com efeito, a UCID assumiu-se, desde a sua criação, como um partido promotor do “progresso, do bem-estar, da concórdia e da dignificação do homem e da mulher cabo-verdianos”<sup>107</sup>.

A posição ideológica da UCID e das restantes forças políticas que dirigiram os destinos de Cabo Verde (PAIGC, PAICV e o MpD) serão objecto de uma análise e desenvolvimento mais profundos no capítulo que se segue.

---

<sup>104</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>107</sup> *Ibidem.*

### III CAPÍTULO

#### Direita e Esquerda na Posição Ideológica dos Partidos Políticos em Cabo Verde (1975-2010)

##### 1. O Governo do PAIGC

O PAIGC parece assumir, desde a sua criação, uma matriz ideológica de esquerda com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos.

No documento intitulado, *O Que Quer o Nosso Partido?*, enviado aos militantes do partido, o líder do PAIGC desenvolveu uma estratégia política baseada nos princípios de igualdade e justiça social.

Na linha dessa estratégia política, Cabral propunha a liquidação de todas “as regalias de grupos, famílias ou indivíduos sobre a gente do povo e acabar com grandes propriedades agrícolas ou os latifúndios e com o regime injusto de arrendamento de terras”<sup>108</sup>.

No referido documento, o autor incentivava, ainda, a luta para “acabar de vez e para sempre com a exportação de trabalhadores contratados para S. Tomé ou para qualquer outro país”<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> CABRAL, Amílcar, *op. cit.*, nota 72, p. 4.

<sup>109</sup> Idem.

Apresentou, igualmente, as propostas para o procedimento da “reforma agrária, com base principalmente no princípio: a terra deve ser dos homens e das mulheres que a cultivam e promoveu o abastecimento de água às populações”<sup>110</sup>.

O Programa do PAIGC de 1973 é o reflexo da ideologia, da obra e ensinamentos de Amílcar Cabral, ou seja, é um programa que (pelo menos teoricamente) apontava para a necessidade de resolução dos problemas dos estratos mais baixos da população.

O referido programa defende os “direitos dos trabalhadores, a limitação do tempo de trabalho diário de acordo com as necessidades do progresso e os interesses dos trabalhadores”<sup>111</sup>. Propõe, ainda, a “assistência social a todos os cidadãos que dela necessitam, involuntariamente, por razão de desemprego, invalidez ou doença, assim como a criação de obras de bem-estar social e instrução primária obrigatória e gratuita”<sup>112</sup> entre outras medidas.

Com a proclamação da independência de Cabo Verde em 1975, os combatentes da liberdade da Pátria assumiram a governação do país, indigitando para o Primeiro-Ministro, como já foi por nós referido, o Senhor Pedro Pires.

O primeiro Executivo de Cabo Verde independente e livre planeou um Programa de Governo para defender os interesses dos cabo-verdianos na base de uma política de equilíbrio e justiça social.

O Governo liderado por Pedro Pires parece ter assumido, assim, o desafio de reconstrução do país, tomando como princípio a criação de “condições materiais e morais para a liquidação da fome, da miséria, da ignorância e da exploração”<sup>113</sup>.

A política do I Governo Constitucional de Cabo Verde no domínio da educação visava a preparação intelectual do homem para conduzir o futuro do país. Para a consecução deste o objectivo, o Governo investiu na “reforma de ensino e adoptou novos programas de estudo de acordo com a nossa realidade e as nossas necessidades; aumentou as redes das escolas primárias e assistiu os alunos oriundos das camadas mais desfavorecidas da população”<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>111</sup> Programa do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, Serviços de Informação do PAIGC, Praia, 1973, p. 8.

<sup>112</sup> Idem, p. 9.

<sup>113</sup> Programa do Governo (1975/1980), Imprensa do PAIGC / OFFSET, Praia, 1975, p. 3.

<sup>114</sup> Idem, p. 17.

Para garantir um ensino de qualidade, o Governo do PAIGC “organizou cursos de capacitação dos professores primários e liceais e recrutou professores qualificados para os liceus e escolas técnicas”<sup>115</sup>.

Na saúde, o referido Governo “garantiu o tratamento gratuito às camadas mais desfavorecidas da população e programou a construção e reconstrução dos hospitais e enfermarias ao nível das ilhas, bem como a construção de um hospital psiquiátrico e a melhor assistência aos doentes mentais”<sup>116</sup>.

O Governo programou, igualmente, “a conclusão das obras do Hospital de S. Vicente e o equipamento decente dos hospitais da Praia e S. Vicente”<sup>117</sup>.

No domínio da habitação, o Governo do PAIGC traçou como objectivo geral, a criação de condições para a construção da habitação condigna para todos os cabo-verdianos, em especial, para os mais necessitados. A médio prazo, o Executivo planeou a estratégia para a “criação de um fundo para a construção de habitações sociais”<sup>118</sup>.

A planificação da economia foi o modelo económico que o primeiro Governo de Cabo Verde adoptou para gerir a economia do país. O referido Governo, “admitiu o controle do poder económico pelas massas populares, através dos órgãos que democraticamente elegeram”<sup>119</sup>.

Um dos primordiais objectivos económicos do primeiro Executivo do país consistia na criação de emprego e da riqueza para livrar o arquipélago de Cabo Verde da “total dependência do comércio externo relativamente aos bens da primeira necessidade”<sup>120</sup>.

Assim, sendo, o Executivo do PAIGC definiu como prioridade “a reconversão do trabalho de apoio através de projectos de desenvolvimento agrícola incluindo a retenção da água das chuvas, conservação dos solos e florestação; utilização de mão-de-obra excedente em trabalhos públicos planificados e de interesse social; inventariação das nossas potencialidades utilizando-as na expansão da nossa economia, a fim de diminuir as taxas de desemprego e sub-emprego existentes; concentração de grande parte dos nossos recursos e dos recursos obtidos na cooperação, no desenvolvimento industrial, como opção realista para a criação de riquezas e absorção dos inúmeros desempregados na nossa terra”<sup>121</sup>.

---

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, pp. 17,18.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>117</sup> *Ibidem*.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 9.

Para garantir uma maior eficácia na coordenação e comercialização, nas diversas ilhas, dos géneros alimentícios negociados no exterior, o Governo de Pires avançou com a implementação de “um tabelamento criterioso, visando a defesa do consumidor sem perder de vista os interesses justos do comerciante e fez uma fiscalização intensiva dos preços, aplicando medidas enérgicas contra a especulação e o açambarcamento”<sup>122</sup>.

Para um maior equilíbrio na distribuição de rendimento económico, o Governo do PAIGC pautou a sua actuação pelo “controle das taxas de lucros empresariais, visando um menor desequilíbrio entre a parte do rendimento destinada ao trabalho e a parte destinada ao capital”<sup>123</sup>. Propôs, igualmente, a “diminuição do leque de vencimentos existentes, isto é, redução do fosso entre o salário máximo e o salário mínimo praticados em Cabo Verde e proporcionou aos velhos, doentes e crianças e outros grupos vulneráveis, dentro das nossas possibilidades, uma existência de acordo com a decência e dignidade humana”<sup>124</sup>.

O sistema fiscal foi actualizado procurando acompanhar as tendências impostas pelos novos desafios do tempo. Nesta lógica, o Executivo fez a “integração dos vários impostos sobre o rendimento num imposto único progressivo; reestruturou os Serviços de Finanças, capacitando-os para o desempenho das funções decorrentes das medidas propostas, tomou medidas enérgicas contra a evasão e fuga fiscais”<sup>125</sup> entre outras acções.

### **1.1. Breve síntese da governação do PAIGC**

Na perspectiva do Governo do PAIGC, o desenvolvimento de uma política social era a base de sustentação mais adequada para uma estratégia de desenvolvimento equilibrado no arquipélago.

Logo após a independência de Cabo Verde, o PAIGC tomou as rédeas do país implementando uma política de construção e reconstrução de todos os serviços sociais no sentido de garantir a qualidade e permitir o acesso de todos os cabo-verdianos, particularmente aos mais vulneráveis, aos diversos serviços públicos. Neste sentido, ele equipou o país com as infra-estruturas e equipamentos necessários para o funcionamento dos serviços, sobretudo no capítulo da educação e saúde. O Governo garantiu a gratuidade nesses serviços e criou as condições para a construção de habitação social para os mais necessitados.

---

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 12.

A planificação da economia parece ter permitido ao PAIGC a recuperação e controle da actividade económica e uma maior distribuição de rendimento. O Governo fez a gestão da economia no sentido de procurar diminuir a pobreza extrema existente no país; controlou as taxas de lucros empresariais; equilibrou os salários dos trabalhadores e criou mais postos de trabalhos para os cabo-verdianos, sobretudo para os mais pobres.

O PAIGC parece, assim, ter-se preocupado com a diminuição das desigualdades sociais no sentido de promover uma sociedade mais harmoniosa e justa.

Neste sentido, o Governo do PAIGC adoptou uma política de esquerda para dirigir o destino de Cabo Verde independente e livre.

Contudo, o golpe de Estado na estrutura do PAIGC na Guiné-Bissau nos anos oitenta do Século XX provocou o desentendimento com o partido irmão de Cabo Verde, obrigando este último a criar o PAICV e a constituir um novo Governo independente e autónomo que continuou a implementar uma política de promoção e da justiça social no arquipélago.

## **2. O Governo do PAICV**

O PAICV parece representar o prolongamento da história e do ideário político do extinto partido do PAIGC em Cabo Verde. Os altos dirigentes do extinto PAIGC, nomeadamente, o Senhor Aristides Pereira, Presidente da República e Secretário-Geral do partido e o Senhor Pedro Pires, Primeiro-Ministro, continuaram a desempenhar os mesmos cargos no então recém-criado *Partido Africano da Independência de Cabo Verde*. Portanto, as duas forças políticas partilham a mesma estratégia e prática políticas.

Com efeito, o *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* adoptou, no seu Programa de Governo, a mesma ideologia política do partido criado por Amílcar Cabral.

No seu Programa de Governo (1981/1985), o partido de Pedro Pires parece ter pautado a sua actuação por uma política tendencialmente de esquerda. Nesta perspectiva, ele desenvolveu um conjunto de acções para a melhoria da qualidade de vida do povo cabo-verdiano, nomeadamente: a implementação de um projecto de extensão e melhoria de “abastecimento da água potável às populações, bem como a promoção do saneamento do meio e o estabelecimento de uma política de gestão de água”<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> Programa do Governo (1981/1985), Grafedito, Praia, 1981, p. 44.

No domínio da educação, o referido Governo apostou em defender uma política de elevação do “nível técnico e científico do povo cabo-verdiano”<sup>127</sup>. Para a concretização desse objectivo, o PAICV “aumentou o rendimento escolar através da melhoria das condições de estudo (construção e reparação das escolas), promoveu a formação e superação dos professores e aumentou a assistência através do fornecimento de material pedagógico e suplemento alimentar aos alunos oriundos das camadas mais desfavorecidas”<sup>128</sup>.

Prosseguindo com as medidas educativas, este Governo decidiu “generalizar progressivamente o ensino até a 6ª classe; retomar o ensino secundário, reestruturar e alargar o ensino técnico”<sup>129</sup>. Enfim, para aquela legislatura, o Governo programou ainda, a construção das “primeiras escolas de formação profissional; aumentou e racionalizou a formação no exterior nas áreas não ministradas no país e implementou uma rede nacional de infantários”<sup>130</sup>.

Para o sector da saúde, foi sendo desenvolvida uma política de “elevação progressiva do nível de saúde do povo a fim de lhe proporcionar uma vida social economicamente produtiva, para o que vamos sensibilizar as populações para a sua participação na transformação das suas condições de vida”<sup>131</sup>.

Para fazer face a este desafio, o Governo priorizou, de entre outros, “os cuidados primários de saúde, através de coordenação das actividades de saúde pública; o funcionamento efectivo das estruturas periféricas de saúde; a prevenção de doenças endémicas e epidémicas; o desenvolvimento da protecção materno-infantil, incluindo o planeamento familiar, a saúde escolar e a educação para a saúde”<sup>132</sup>. O Governo actuou ainda no sentido de “continuar a melhorar a protecção social e o estado nutricional das camadas sociais economicamente mais desfavorecidas e restaurou o sistema de assistência médica e medicamentosa”<sup>133</sup>.

No capítulo da habitação, o Executivo de Pires trabalhou no sentido de criar as condições para a satisfação das classes mais pobres da população. Assim, ele estabeleceu um plano que visava a redução do “défice habitacional através da melhoria da capacidade de concepção, controle e execução dos projectos e desenvolvimento de uma rede de estruturas ligeiras de construção civil sob formas de cooperativas ou dependentes de municípios”<sup>134</sup>. Com o mesmo propósito, promoveu “a

---

<sup>127</sup> Idem, p. 43.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> *Ibidem*.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

<sup>133</sup> *Ibidem*.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 45.

auto-construção através da criação de um organismo próprio para o efeito, e a concessão de créditos para a habitação familiar”<sup>135</sup>.

O sector económico foi coordenado pela autoridade central, pelo que “competete ao Estado a direcção e planificação da economia”<sup>136</sup>.

Na perspectiva do Governo do PAICV, “a realização dos objectivos de desenvolvimento será tanto mais conseguida quanto melhor for a capacidade e organização do aparelho económico do Estado”<sup>137</sup>. Para o efeito, “temos de enfrentar, temos de dirigir a nossa economia com eficiência, segundo uma planificação rigorosa”<sup>138</sup>.

Na lógica do Governo uma economia centralmente planificada conduz ao desenvolvimento e contribui para a “satisfação das necessidades da população e para a resolução do problema de desemprego”<sup>139</sup>.

Para uma maior eficácia e eficiência da economia, o Governo propôs para aquela legislatura as seguintes medidas: “criar um aparelho de planificação, para a direcção efectiva da economia; criar um organismo de apoio, coordenação e controle das Empresas Públicas, formar gestores e instituir um plano nacional de contabilidade com vista ao desenvolvimento e consolidação do aparelho do Estado; promover e apoiar o desenvolvimento do sector cooperativo e de produção popular”<sup>140</sup>.

Na senda do desenvolvimento do sector económico, o Executivo de Pedro Pires incentivou “a participação e a intervenção dos trabalhadores na gestão da economia no sentido de aumentar a produtividade do trabalho e conscientizar a todos da necessidade de aplicar os ganhos da produtividade na acumulação de capital”<sup>141</sup>.

## 2.1. A recondução do PAICV ao Poder

O PAICV foi reconduzido ao poder em 1986 e preparou um novo Programa do Governo para a III Legislatura (1986/1990), baseado numa política de equilíbrio e justiça social.

---

<sup>135</sup> *Ibidem*.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>141</sup> *Ibidem*.



Neste sentido, o Governo de Pedro Pires continuou a implementar o seu programa de desenvolvimento social iniciado na legislatura anterior.

Assim, sendo, no sector da educação, o Governo centrou a sua atenção na reforma do sistema educativo, apostando, especialmente, na formação do pessoal docente e na construção e equipamento de salas de aulas.

Em termos de políticas educativas, o PAICV disponibilizou o seu total “apoio e incentivo à escolarização através da generalização do projecto de assistência alimentar aos alunos do ensino básico e distribuição gratuita de material escolar”<sup>142</sup>, como forma de garantir a todas as crianças o acesso e permanência no sistema educativo.

Na saúde, o referido Governo desenvolveu uma série de acções com o objectivo de melhorar o estado de saúde dos cabo-verdianos. Neste caso, prosseguiu com o desenvolvimento dos programas “de ajuda alimentar; de acção de apoio a idosos e deficientes e o reforço dos programas de acção com jovens e crianças”<sup>143</sup>. Paralelamente, o Governo tratou de melhorar o sistema de “funcionamento de evacuação dos doentes e promoveu uma maior participação da população no processo de saúde e nos custos de saúde”<sup>144</sup>.

O plano do novo Governo do PAICV na esfera da habitação apresentou tendências, particularmente, para apostar na melhoria das condições de habitabilidade da população, sobretudo das camadas mais desprotegidas. Assim, foi decidido apoiar toda a iniciativa “individual espontânea e privada através do fornecimento de apoio técnico e de obras de urbanização e saneamento”<sup>145</sup>.

Na sequência de uma política de promoção da habitação, o Governo da III Legislatura organizou um programa de “difusão de informações e de técnicas adequadas de saneamento básico nos meios rurais”<sup>146</sup>. Desenvolveu, igualmente, uma acção de “promoção de tecnologias simples visando o uso e produção de materiais locais e de infra-estruturas sociais”<sup>147</sup>. A par dessas medidas, o Executivo iniciou os trabalhos de “renovação e extensão das redes e distribuição de água”<sup>148</sup> para abastecer os mais necessitados.

O sector económico era mantido sob a tutela do poder central, pelo que, era da inteira responsabilidade do Estado a função de dirigir e planificar a economia do país.

---

<sup>142</sup> Programa do Governo (1986/1990), Edição do Gabinete do Primeiro Ministro, Praia, 1986, p. 51.

<sup>143</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>144</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>145</sup> *ibidem*, p. 58.

<sup>146</sup> *ibidem*.

<sup>147</sup> *ibidem*.

<sup>148</sup> *ibidem*.

Para a legislatura (1986/1990), o Governo propunha, como principal desafio, a “melhoria da gestão da economia”<sup>149</sup>.

Para o efeito, o PAICV avançou com medidas que classificou de mais rigorosas para a coordenação e controle da actividade económica, entre as quais, a “criação de órgãos consultivos de planeamento a nível nacional; o reforço do órgão de planificação; a organização do Sistema Estatístico Nacional; a consolidação e alargamento dos órgãos sectoriais de planificação; a definição das políticas de desenvolvimento dos vários sectores”<sup>150</sup> entre outras. Assim se intensificaria a “coordenação a nível regional e local, com vista a melhorar, acompanhar e avaliar os programas e projectos de desenvolvimento e aperfeiçoou a integração do Sector Empresarial do Estado no sistema de planeamento”<sup>151</sup>.

## 2.2. Breve síntese da governação PAICV

O PAICV desenvolveu uma política tendencialmente de esquerda com o objectivo de promover uma maior igualdade possível entre o povo de Cabo Verde.

Em toda a esfera da actividade humana, o PAICV parece ter implementado uma política de melhoria da qualidade de vida das classes mais desfavorecidas da população e ter-se preocupado com a melhoria do acesso aos bens e serviços públicos, nomeadamente o acesso à educação, saúde, habitação, entre outros.

No sector económico, este Governo parece ter optado pelo sistema de planificação da economia por ser uma medida que mais se ajustava com uma política de igualdade e desenvolvimento social em Cabo Verde.

Conforme referiu Vitor Reis, o Governo do Partido da Independência “adoptou uma estratégia socialista na distribuição dos recursos nos diversos sectores de actividades e na satisfação das necessidades da população”<sup>152</sup>.

Na perspectiva de Katia Cardoso, “a estatização da economia nas ilhas crioulas decorre, em certa medida, da influência socialista do Bloco de Leste, com quem Cabo Verde se identificava ideologicamente e punha em prática a mesma política”<sup>153</sup>.

---

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> Veja-se, para o efeito, REIS, Vítor, *op. cit.*, nota 11.

<sup>153</sup> CARDOSO, Katia Aline Lopes Rodrigues, *op. cit.*, nota 14.

A estatização da actividade económica terá permitido assim, e por um lado, o estabelecimento de metas de produção e, por outro, o maior equilíbrio na distribuição de bens e consumo à população. Por isso mesmo, durante o período da governação do PAIGC/CV, o Estado desempenhou um papel central na orientação e controle do sistema económico no sentido de buscar proporcionar a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Entretanto, em 1991, o MpD ganhou as eleições gerais e demarcou-se da estratégia de planificação económica do Governo de Pires. Por conseguinte, implementou uma nova dinâmica na política e na economia do país.

### 3. O Governo do MpD

Liderado, pelo Dr. Carlos Veiga, o *Movimento para a Democracia* (MpD) conseguiu uma importante maioria absoluta nas “primeiras eleições livres de 13 de Janeiro”<sup>154</sup> de 1991.

O Governo empossado na sequência desse resultado eleitoral privilegiou, em termos sociais, “uma política do Estado que promova o bem-estar crescente das camadas mais carenciadas”<sup>155</sup>.

Em consequência, o MpD defendeu a criação de “condições materiais para que todo o cidadão cabo-verdiano viva no seu país com dignidade, adoptando-se medidas de luta contra o desemprego, a falta de habitação condigna, a deficiente assistência médica e medicamentosa, a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida”<sup>156</sup>.

No concernente à educação, o Governo propôs uma política baseada no “princípio da igualdade de oportunidades”<sup>157</sup>.

Para fazer face a este princípio, o Governo de Veiga elevou o ensino básico de quatro para “seis anos de duração”<sup>158</sup>, isto é, generalizou o ensino obrigatório e gratuito até à sexta classe e adoptou, ainda, “uma política de bolsas de estudo que delas faça um instrumento para premiar os mais capazes e apoiar os mais carentes, subordinada a critérios de mérito, justiça e transparência”<sup>159</sup>.

---

<sup>154</sup> Programa do I Governo Constitucional da II República (1991/1995), OFFSET - INCV, Praia, 1991, p. 4.

<sup>155</sup> Idem, p.1.

<sup>156</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p.149.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

Na sequência das medidas sócio-educativas, o Governo do MpD preparou um “programa de educação e formação dirigidos aos portadores de deficiência”<sup>160</sup> como forma de lhes garantir o acesso à educação e formação. Ademais, o referido Executivo institucionalizou “o ensino à distância”<sup>161</sup> para beneficiar os estudantes que não podem fazer uma formação presencial e promoveu a “oferta de materiais didácticos e escolares”<sup>162</sup>, entre outros.

No domínio da saúde, o I Governo Constitucional da II República defendeu “a igualdade de oportunidade de todos os cidadãos no acesso aos cuidados de saúde”<sup>163</sup>.

Daí, a forte aposta deste Governo na promoção deste sector durante aquela legislatura (1991/95).

Apostando no projecto da promoção da saúde, o Governo propôs, de entre outras, as seguintes medidas: “humanizar a prestação dos cuidados e moralizar os serviços; apoiar e dar maior atenção aos grupos de maior risco, nomeadamente crianças, grávidas e velhos; envolver os diversos sectores da sociedade na defesa e promoção da saúde; facilitar o acesso do idoso e do deficiente a todos os serviços de saúde”<sup>164</sup>.

No capítulo da habitação, o Governo parece ter envidado esforços no sentido de “criar as condições que, a prazo, venham a tornar efectivo o direito a uma habitação condigna, independentemente da hierarquia sócio-económica ou lugar de fixação”<sup>165</sup> da família cabo-verdiana.

Para corresponder a este objectivo, o Executivo dirigido por Carlos Veiga decidiu “rever a actuação do Instituto do Fomento da Habitação (IFH), de modo a conferir-lhe a mais alta competência no domínio da habitação”<sup>166</sup> nomeadamente, a “promoção do aumento do parque habitacional e da qualidade da habitação; a concepção e divulgação de mecanismos que promovam a construção de habitação, contemplando a actividade empresarial, associativa e auto-construção”<sup>167</sup>, entre outras.

Na prossecução das medidas políticas de habitação social, o Governo estabeleceu, então, como prioridade o “incremento de programas públicos de construção de habitação social para beneficiar os cidadãos de pequeno/médio rendimento e aos estratos vulneráveis, bem como uma política de crédito favorável à aquisição ou construção de casa própria, incluindo a bonificação de juros para famílias de

---

<sup>160</sup> *Ibidem.*

<sup>161</sup> *Ibidem.*

<sup>162</sup> *Ibidem.*

<sup>163</sup> *Ibidem*, p.161.

<sup>164</sup> *Ibidem*, pp. 161,165.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p.167.

<sup>166</sup> *Ibidem.*

<sup>167</sup> *Ibidem.*

baixos recursos e a criação de contas de poupança-habitação<sup>168</sup>. O Executivo promoveu, igualmente, a “revisão da legislação tributária sobre a habitação”<sup>169</sup>, etc.

Em relação ao sector económico, o Governo chefiado por Carlos Veiga optou por “ um sistema de democracia económica, em que coexistam e actuem em condições de concorrência e igualdade, agentes económicos públicos, associativos e privados, devendo a actividade económica pública resumir-se ao mínimo social e estrategicamente indispensável”<sup>170</sup>.

No referido sistema de economia, “nenhum sector deve estar vedado à iniciativa privada”<sup>171</sup>.

Na perspectiva deste Governo, o Estado deveria, assim, assumir “um papel regulador e facilitador da actividade económica, quer através do aproveitamento dos mecanismos de mercado, quer pelo planeamento”<sup>172</sup>.

Na óptica do Governo, a democratização do sector da economia passa, necessariamente, “pela garantia da igualdade de condições de instalação, realização e concorrência a todos os agentes económicos (públicos e privados – empresarial e associativos), bem como pela criação de mecanismos e instrumentos facilitadores do desenvolvimento e da actividade dos agentes económicos, apoiando a economia nacional e os seus agentes na sua relação com o resto do mundo”<sup>173</sup>.

No segmento do processo da democratização da economia, o Partido do MpD admitiu “a participação de todos os grupos sociais e das diferentes regiões no processo de planeamento, implementação e reforço da democracia política”<sup>174</sup>, entre outras medidas.

### 3.1. O segundo mandato do Governo do MpD

Em Dezembro de 1995, o eleitorado cabo-verdiano “reafirmou a sua confiança plena nas orientações gerais da política do Movimento para a Democracia, inscritos no seu programa eleitoral”<sup>175</sup>. O partido conduzido novamente pelo Dr. Carlos Veiga, conseguiu uma nova maioria absoluta que lhe permitiu iniciar o segundo mandato sem sobressaltos.

---

<sup>168</sup> *Ibidem*, pp.167,168.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p.168.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> *Ibidem*.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>175</sup> Programa do II Governo Constitucional da II República (1996/2001), OFFSET- INCV, Praia, 1996, p. 2.

O segundo mandato do Governo do MpD iniciou-se, assim, “sob o signo da continuidade e do desenvolvimento natural e conseqüente do modelo que, através dos respectivos paradigmas políticos, cultural, económico e social, orientou a nação cabo-verdiana nos últimos cinco anos”<sup>176</sup>.

Prosseguindo com o seu programa de desenvolvimento social, o partido fez assentar a sua política na redução dos desequilíbrios sociais e na promoção “do poder de compra das famílias, especialmente das de menores rendimentos, e no acesso à energia eléctrica, aos transportes e comunicações, à água potável, à formação e à habitação”<sup>177</sup>.

Enquadrado no programa de redução da pobreza, o MpD defendeu, igualmente, uma “política de criação de novos empregos, de incremento da produção agrícola e de facilitação de acesso ao crédito, bem como de promoção de actividades geradoras de rendimento para os pobres que estão em condições de as exercer”<sup>178</sup>.

No sector da educação, o Governo do MpD manteve o programa de “funcionamento das cantinas escolares e ao fornecimento de uma refeição quente e de outros complementos alimentares, em benefício dos alunos mais carenciados”<sup>179</sup>. Paralelamente, o Executivo prosseguiu com o processo de reforma do sistema educativo no sentido de “melhorar as condições de acesso à educação, bem como a qualidade do ensino”<sup>180</sup>. Na linha dessa reforma, foi generalizado “o ensino básico de seis anos e estruturado o ensino secundário em duas vias: a geral e a técnica”<sup>181</sup>.

No que se refere ao ensino superior, o II Governo da II República “disponibilizou os recursos para a implementação de um ensino superior de qualidade; concebeu uma política nacional de formação de quadros que incorporou a existência do ensino universitário no país e promoveu o ensino superior à distância”<sup>182</sup>.

O Governo incentivou o desenvolvimento do ensino privado através “de co-participação do Estado nos custos de funcionamento das escolas privadas e promoveu as condições para o desenvolvimento do ensino superior privado e cooperativo no país”<sup>183</sup>, entre outras medidas.

---

<sup>176</sup> *Idem.*

<sup>177</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

<sup>178</sup> *Ibidem*, pp. 109,110.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>181</sup> *Ibidem*, pp. 149,150.

<sup>182</sup> *Ibidem*, pp. 155,156.

<sup>183</sup> *Ibidem.*

No domínio da saúde o II Governo de Carlos Veiga insistiu na melhoria das “condições de acesso à saúde, em particular aos estratos com menos rendimentos e melhorou o estado nutricional da população, com incidência nos estratos mais carenciados, de menores rendimentos e vulneráveis”<sup>184</sup>.

Para superar o estado de escassez nutricional da população, o Governo ofereceu os géneros “alimentares aos alunos e grupos de população mais carenciados e assistiu aos que, por condicionalismos vários (idade avançada, deficiência física, mental ou motora, etc.) se encontram incapacitados de sobreviver pelos seus próprios meios”<sup>185</sup>.

Por outro lado, o Governo proporcionou várias sessões para a divulgação de informações sobre a “educação para a saúde e sobre alimentação e saúde”<sup>186</sup>.

Para a promoção dos cuidados de saúde, foi actualizada “a tabela de preços dos cuidados de saúde e assegurado a subvenção pública, em certos casos até 100%, dos cuidados prestados pelos serviços de saúde do Estado aos estratos sociais sem rendimentos, vulneráveis ou carenciados, incluindo análises laboratoriais, serviços de radiologia e fornecimentos de medicamentos”<sup>187</sup>.

No que toca à melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, o citado Governo apostou na “formação dos profissionais de saúde e criou estímulos para a implementação de um programa de cuidados de saúde diferenciados e de qualidade e estimulou a investigação no domínio da saúde”<sup>188</sup>.

Ademais, o Executivo criou, ainda, “a Escola Nacional de Enfermagem para a formação de enfermeiros e de outros técnicos médios, tais como os técnicos de Raio-X, de laboratório, instrumentistas, anestesistas, etc.”<sup>189</sup>.

A política do Governo no domínio da habitação consiste na criação das condições de habitação “para todo o cidadão cabo-verdiano, particularmente para as camadas mais desfavorecidas”<sup>190</sup>. Na implementação dessa política, desenvolveu um “programa de apoio às condições habitacionais das famílias que vivem nas áreas rurais”<sup>191</sup>.

Para uma maior eficácia na execução dessa política, o II Governo de Carlos Veiga reestruturou o IFH (Instituto de Fomento à Habitação), “no sentido da sua transformação numa verdadeira instituição de

---

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 116.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>189</sup> *Ibidem*.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 132.

fomento, com competências alargadas para coordenar/gerir toda a problemática da habitação, em Cabo Verde”<sup>192</sup>.

Na área da economia, o Governo propôs para a legislatura (1996/2001), o desenvolvimento de “dois vectores principais e complementares: o de desenvolvimento do mercado e o da promoção da iniciativa privada”<sup>193</sup>.

Para o desenvolvimento dos referidos vectores da economia, o Executivo de Veiga prosseguiu com o processo “da reforma do sistema fiscal e financeiro e à prossecução da reforma do sistema educativo e da reforma da administração pública”<sup>194</sup>.

Relativamente à reforma do sistema fiscal e da administração financeira, aquele Governo insistiu “na tributação sobre os rendimentos e na tributação sobre as despesas”<sup>195</sup> e procedeu à reforma “da lei do imposto único sobre os rendimentos e a criação do imposto sobre o valor acrescentado”<sup>196</sup>.

Em relação à reforma do sistema financeiro e do sector empresarial do Estado, destaca-se, de entre outras, as medidas de revisão da “legislação do sector regulador e da providência social, bem como, a promoção do desenvolvimento horizontal e vertical do sistema financeiro, de modo a se constituírem grupos capazes de apoiar não apenas a economia interna como, ainda, o comércio externo e as actividades económicas com vocação para a internacionalização (como, por exemplo, a construção civil, a agricultura e pescas, os transportes aéreos e marítimos, as telecomunicações)”<sup>197</sup>.

No atinente à reforma da administração pública, o MpD preocupou-se com o “desenvolvimento dos sistemas de trabalho e de informações, com o desenvolvimento da cultura organizacional e das carreiras do emprego público, com o objectivo de introduzir elementos adicionais de competitividade, passíveis de fazer aumentar a qualidade do serviço prestado pela administração”<sup>198</sup>.

O Governo privilegiou, igualmente, “as políticas com vista ao desenvolvimento de uma economia de mercado de base privada”<sup>199</sup>, entre outras medidas. Neste sentido, a promoção do sector privado continuou a ser a prioridade do Governo do MpD. Para o efeito, ele garantiu o seu total apoio “a esse sector na constituição e instalação das câmaras de comércio”<sup>200</sup>.

---

<sup>192</sup> *Ibidem.*

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>195</sup> *Ibidem.*

<sup>196</sup> *Ibidem.*

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>199</sup> *Ibidem.*

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 57.



Na linha de apoio à iniciativa privada, o Executivo aprovou na reunião do “Conselho de Ministros, no dia 28 de Setembro de 1995, o decreto-lei que define o processo de constituição das câmaras de comércio. Foi, sem dúvida, um passo significativo o facto do decreto-lei aprovado reconhecer as câmaras de comércio como sujeitos de direito privado e como autênticos parceiros sociais, obrigatoriamente ouvidas nas matérias mais relevantes que dizem respeito à economia”<sup>201</sup>.

A regulamentação do funcionamento do mercado foi, também, uma iniciativa muito importante para a promoção do sector privado. Neste aspecto, o Governo preocupou-se com a “definição de regras claras de comportamento dos sujeitos económicos, com o objectivo de garantir o correcto funcionamento do mercado e, também, práticas sãs de concorrência, bem como a justiça e a democracia económicas”<sup>202</sup>.

Na sequência das medidas de promoção do sector privado, o MpD tomou a iniciativa “de fazer a actualização da legislação económica e garantir a efectividade da justiça no julgamento dos delitos económicos. Neste sentido, dar-se-á continuidade aos trabalhos relativos à revisão da legislação económica e comercial, à preparação da lei que regulamentará a concorrência, à instalação do Tribunal Fiscal e Aduaneiro, bem como à criação de soluções capazes de garantir o rápido julgamento dos delitos e infracções de natureza económica”<sup>203</sup>, entre outras.

A política do Governo do MpD para o sector económico tende, assim, para o sistema de privatização e liberalização do sector. Neste sentido, o *Movimento para a Democracia* demarcou-se, claramente, da política de centralização da economia posta em prática durante os quinze (15) anos da governação do PAIGC/CV (1975/1990).

### **3.2. Breve síntese da governação do MpD**

No capítulo político, o MpD preconizou um Estado de Direito Democrático e defendeu, em consequência disso, os valores da liberdade e da igualdade.

No plano social, o Governo liderado por Carlos Veiga procurou desenvolver uma política de promoção da igualdade e justiça sociais, sendo de destacar, a implementação de medidas para a redução da pobreza, do desemprego, do acesso a bens e serviços públicos.

O citado Governo procurou, assim, tornar mais eficientes e mais eficazes os serviços de educação, saúde e habitação. Procurou, igualmente, desenvolver uma política no sentido de melhorar a

---

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p, 58.

<sup>203</sup> *Ibidem*.

qualidade daqueles mesmos serviços e garantir o mais rápido acesso, sobretudo, dos mais desfavorecidos.

A política do Governo nos referidos sectores apresentou uma tendência que apontava, inequivocamente, para a promoção do bem-estar e equilíbrio sociais.

O Governo do MpD parece ter apostado, desde a primeira hora, na reforma do sector económico, com especial relevância para a liberalização e privatização da economia, transferindo “para a iniciativa privada uma parte das suas responsabilidades no desenvolvimento económico”<sup>204</sup>. O referido Governo, “viria então a adoptar uma política de liberalização e a deslocar para a iniciativa privada o papel que até aí fora desempenhado pelo Estado em domínio de actividade produtiva”<sup>205</sup>.

Assim, o Governo do MpD parece ter sido, sem dúvida, o principal promotor do “princípio da democracia económica”<sup>206</sup>.

Tal princípio de democratização da economia, que se traduziu na privatização deste sector, não deve ser no entanto confundido com um verdadeiro liberalismo económico pois, “o liberalismo, entendido como puro e livre funcionamento do mercado, conquanto possa, de algum modo, garantir o crescimento económico auto-sustentado, é gerador dos mais profundos e diversos desequilíbrios, nomeadamente regionais e entre grupos sociais e os indivíduos, devido à imperfeição dos mecanismos de mercado. Por isso, o MpD está seguro de que o liberalismo não garante as condições de realização do desenvolvimento socioeconómico, para além de ser potenciador de conflitos, pondo em causa a justiça, a estabilidade social e a convivência democrática”<sup>207</sup>.

Na justificação do MpD, a democracia económica “consegue-se: a) pela garantia de igualdade de condições de instalação, realização e concorrência de todos os agentes económicos (público e privado – empresarial e associativo); b) pela negação do princípio da delimitação de sectores de actividade económica e do condicionamento económico; c) pela participação de todos os grupos sociais e das diferentes regiões no processo de planeamento, implementação e avaliação de acções visando o desenvolvimento; d) pela definição de um Estado de novo tipo, cujas acções visem, no plano económico, essencialmente garantir a igualdade de condições aos diferentes agentes, criar mecanismos e instrumentos facilitadores do desenvolvimento e da actividade dos agentes económicos e apoiar a economia nacional e os seus agentes na sua relação com o resto do mundo; e) pela defesa do princípio de que o Estado só deverá assumir a qualidade de agente económico

---

<sup>204</sup> REIS, Vítor, *op. cit.*, nota 11, p. 98.

<sup>205</sup> *Idem*, p.121.

<sup>206</sup> *Op. Cit.*, nota 96, p. 36.

<sup>207</sup> *Idem*, pp. 35,36.

directo nos casos em que a iniciativa privada se exclua da actividade e esta seja considerada social ou estrategicamente indispensável; f) pela implantação e reforço contínuo da democracia política”<sup>208</sup>.

O sistema de privatização e liberalização da actividade económica contribuiu, em certa medida, para o surgimento de grupos económicos e empresariais em Cabo Verde e pela hierarquização da sociedade e da consequente desigualdade social no país.

Na verdade, a privatização do sector económico tornou Cabo Verde numa sociedade mais desigual do que aquela que existia no regime de estatização da economia no tempo da governação do PAIGC e do PAICV.

Em termos de política económica, a privatização e liberalização da economia são consideradas características de um partido de “direita”.

Efectivamente, o MpD é um Partido identificado como comungando de uma inspiração tendencialmente liberal em Cabo Verde. Realmente, ele foi o partido que tomou mais medidas políticas (ou pelo menos as mais decisivas em termos efectivos) para proceder à privatização ou liberalização do sector económico no país, no sentido de abrir a economia à iniciativa privada.

Enquadrado nesta linha de análise, o MpD pode, a nosso ver, ser considerado um partido tendencialmente de direita.

Aliás, no panorama político cabo-verdiano, o MpD é considerado como um partido de direita. Independentemente de tudo o resto, subsiste um facto inquestionável: este partido está, efectivamente, situado à direita do PAIGC/CV.

No entanto, em 2001, o PAICV regressou ao poder com uma maioria absoluta. Não destruiu o sector privado, mas tomou rigorosas medidas para regular e disciplinar a economia.

#### **4. O regresso do PAICV ao Poder**

Depois de uma década na oposição, o PAICV regressou ao poder nas legislativas de 2001, sob a liderança do Dr. José Maria Neves.

---

<sup>208</sup> Idem, *ibidem*, pp. 36,37.

O novo Governo do PAICV reassumiu a sua concepção ideológica de esquerda, tendo definido como principal objectivo programático, o desenvolvimento de “esforços para a criação de igualdade de oportunidades, de modo a permitir a cada cidadão a realização do seu desenvolvimento pessoal, do seu potencial humano, em estreita relação com os outros, mas tendo sempre por base o resgate do princípio da solidariedade”<sup>209</sup>.

Na linha de uma política de desenvolvimento social, o VI Governo Constitucional de Cabo Verde, quis promover uma política de “apoio às populações mais carenciadas, no sentido da criação de melhores condições de vida e de participação no processo de desenvolvimento, bem como o apoio à família, a pessoas idosas e aos grupos em risco, por forma a evitar a exclusão social e o agravamento dessas situações”<sup>210</sup>.

O Executivo de Neves propôs-se, igualmente, a “criação de igualdade de oportunidades para os portadores de deficiência; o acesso à protecção social para a melhoria do bem-estar da população particularmente das mais carenciadas e o equilíbrio económico e social, bem como a melhoria do acesso social por parte das camadas mais carenciadas”<sup>211</sup>.

Na senda de uma política de equilíbrio social, o Governo de José Maria Neves implementou o “desenvolvimento de políticas sociais articuladas e multissetoriais através de uma actuação convergente de todos os domínios: Educação, Saúde, Habitação, Emprego e Formação, Segurança Social e Rendimentos”<sup>212</sup>.

No sector da educação, o Governo do PAICV privilegiou uma política de “real igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar”<sup>213</sup>. Em consequência, ele avançou com a “introdução de medidas de compensação da situação sócio-económica degradada das famílias de muitas crianças em idade escolar”<sup>214</sup>.

Continuando com a implementação de uma política de igualdade sócio-educativa, o Governo insistiu no sentido de “dotar o Serviço de Acção Social e Escolar (SASE) de uma melhor capacidade de resposta, consolidando-o e reforçando-o, numa base sustentável, através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente carenciados”<sup>215</sup>.

---

<sup>209</sup> Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005), Imprensa Nacional, Praia, 2001, p. 73.

<sup>210</sup> Idem, p. 75.

<sup>211</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>214</sup> *Ibidem*.

<sup>215</sup> *Ibidem*.

O SASE “traduzir-se-á num conjunto diversificado de acções, em que avulta a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, manuais e material escolar, concessão de bolsas de estudo, um programa de saúde escolar e de alojamento (residências estudantis) para alunos carenciados e oriundos de zonas sem cobertura do ensino secundário geral e técnico”<sup>216</sup>. No que tange ao Ensino Básico, o Governo continuou com o projecto de “promoção da gratuidade da escolaridade obrigatória”<sup>217</sup>.

No domínio da saúde, o Executivo prometeu “mais e melhor saúde”<sup>218</sup> para todos os cabo-verdianos. Nesta perspectiva, o PAICV procedeu a “uma reforma do sistema de saúde cujo objectivo é reorientá-lo para a obtenção de ganhos, em saúde, para a população cabo-verdiana”<sup>219</sup>.

A referida reforma visa, de entre outras, a promoção da “equidade no acesso aos cuidados de saúde, redefinindo uma cobertura com um conjunto de serviços mínimos, adequados às condições concretas do país; melhorar o desempenho do sistema e garantir a qualidade na prestação dos cuidados de saúde a todos os níveis; promover a humanização da saúde, com vista a aumentar a satisfação do utente, para que os cabo-verdianos se sintam não apenas beneficiários do sistema, como também agentes do seu desenvolvimento; assegurar a sustentabilidade do sistema, aperfeiçoando a sua funcionalidade e eficiência distributiva, bem assim reforçar a capacidade de mobilização de recursos para o financiamento do sistema, salvaguardando o acesso universal, particularmente das camadas mais desfavorecidas”<sup>220</sup>.

No quadro da reforma do sector da saúde; o Governo de Neves adoptou um conjunto de medidas com relevância para a “formulação de um documento de Política Nacional de Saúde, como quadro de referência geral, que deverá orientar um processo de reforma do sistema e que espelhe o compromisso dos vários sectores do Estado para com a saúde”<sup>221</sup>, bem como a de “promoção de uma política farmacêutica e medicamentosa, que tenha sempre presente a salvaguarda das necessidades das populações, sobretudo as mais carenciadas”<sup>222</sup>, entre outras.

A principal preocupação do PAICV no sector da habitação consiste, sobretudo, na “definição de uma clara e objectiva política nacional de habitação, particularmente da habitação para os estratos mais desfavorecidos da população”<sup>223</sup>.

---

<sup>216</sup> *Ibidem*.

<sup>217</sup> *Ibidem*.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>220</sup> *Ibidem*, pp. 120,121.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p.121.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p.122.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p.125.

O Plano Nacional de Habitação (PNH) que consubstancia toda a política do Governo neste sector funciona em estreita “parceria com os municípios e com as organizações da sociedade civil e mobilizando demais parceiros sociais e incentivando o uso de tecnologias e materiais mais consentâneos com o poder económico dos futuros locatários, tanto no meio urbano como no rural”<sup>224</sup>.

Enquadrado numa estratégia de promoção das condições de habitabilidade, o PNH desencadeou um conjunto de mecanismos que privilegiam o acesso às casas, nomeadamente: a “definição de uma política de solos em concertação com os municípios, de modo a desencorajar a especulação e a facilitar o acesso à casa; actualização da legislação urbana, por forma a contemplar, nos planos urbanísticos, programas de promoção de habitação destinados a famílias carenciadas, a fim de se evitar a exclusão social”<sup>225</sup>.

No capítulo económico, o Governo do PAICV reconheceu, em certa medida, a iniciativa do MpD na promoção do sector privado particularmente, no domínio das privatizações e liberalização da economia.

Mas, reconheceu, por outro lado, que “as privatizações resultaram em casos de criação de monopólios privados e em complexas relações entre esses monopólios e segmentos de actividades no mesmo sector não sujeitos ao regime de monopólio. As liberalizações introduziram novas concorrências em sectores importantes para a economia e para o serviço público como, por exemplo, o da produção da água e dos transportes aéreos”<sup>226</sup>.

Analisando pormenorizadamente as consequências das privatizações, o Executivo de Neves constatou que é urgente a “necessidade da criação de instrumentos de controle e de defesa dos interesses de consumidores e da boa reputação do produto nacional”<sup>227</sup>.

Neste sentido, o Governo enveredou por “uma política económica que garanta um desenvolvimento sustentado; um desenvolvimento compatível com a solidariedade social, regional e inter-geracional; um desenvolvimento consentâneo com a durabilidade ambiental e assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de produtividade e, finalmente, um desenvolvimento gerador de emprego, que minimize a pobreza e a exclusão sociais. Enfim, um desenvolvimento com equidade e justiça social”<sup>228</sup>.

---

<sup>224</sup> *Ibidem.*

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 126.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>227</sup> *Ibidem.*

<sup>228</sup> *Ibidem*, p.128.

Para o melhor funcionamento da actividade económica, o Governo tomou a iniciativa de criar “um novo e mais exigente quadro regulador da economia, tendo em vista a defesa dos consumidores, a promoção da concorrência e a busca de uma maior eficiência económica”<sup>229</sup>.

No segmento do processo de construção de um novo e mais rigoroso sistema da regulação do sector da economia, o Executivo avançou, desde logo, com os “processos de instalação das agências reguladoras e de criação das bases legais e regulamentárias da actividade reguladora dessas agências”<sup>230</sup>. O Governo implementou, ainda, outras medidas com especial destaque, para a “criação legislativa e regulamentar enquadradora e disciplinadora das relações entre monopólios privados e segmentos de actividades prosseguidas no mesmo sector em regime de concorrência; consolidação da acção reguladora e inspectiva sobre as actividades dos transportes aéreos; enquadramento da acção reguladora sobre as actividades portuárias; formação e capacitação profissional dos agentes públicos reguladores”<sup>231</sup>, entre outras.

#### 4.1. A reeleição do PAICV

Os cabo-verdianos renovaram a sua total confiança no Governo de José Maria Neves nas eleições gerais de 2006, atribuindo-lhe, uma maioria absoluta para continuar a dirigir os destinos de Cabo Verde nos cinco anos seguintes.

O VII Governo Constitucional de Cabo Verde retomou a sua política com o objectivo de aprofundar e consolidar o seu programa de melhoria de qualidade de vida dos mais necessitados.

Assim, foi prosseguida a política de redução da pobreza apostando, seriamente, na promoção da actividade económica pois, no entendimento daquele Executivo, “o crescimento da economia criará mais actividades geradoras de rendimento e mais emprego”<sup>232</sup>, o que contribui para a redução da taxa de desemprego, prevista “para níveis inferiores a 10%”<sup>233</sup>.

Na busca de soluções para combater a situação da pobreza e o desemprego, o Governo do *Partido da Independência de Cabo Verde* implementou medidas como a “promoção de políticas activas de emprego com enfoque particular nos grupos mais vulneráveis, de modo a permitir-lhes o acesso ao mercado de trabalho; incentivo ao desenvolvimento de programas de primeiro emprego e de criação de auto-emprego, em estreita articulação com os sistemas de formação profissional e de segurança social; a promoção do desenvolvimento da economia rural, privilegiando o desenvolvimento da agro-

---

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>230</sup> *Ibidem*.

<sup>231</sup> *Ibidem*.

<sup>232</sup> Programa do Governo para a VII Legislatura (2006-2011), Imprensa Nacional, Praia, 2007, p. 23.

<sup>233</sup> *Idem*.

silvo-pastorícia e a diversificação das actividades, com vista a apoiar as populações pobres, sobretudo as mulheres chefes de família, na criação de modos de vida sustentáveis”<sup>234</sup>.

Para atenuar a situação da pobreza no país, o Governo definiu, de entre outros, “um quadro institucional e estratégico no qual se inscrevem vários instrumentos de combate à pobreza, de que se destacam o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) e o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)”<sup>235</sup>.

No plano sócio-educativo, o VII Governo Constitucional tem continuado a apostar no apoio às famílias carenciadas tendo em conta o seu efeito positivo no desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos.

Porém, para a VII Legislatura, o PAICV continuou a concentrar os seus esforços na modernização do sector da educação com vista à promoção de “mais qualidade e equidade” do sistema educativo. Neste sentido, ele levou em consideração “as diferenças locais e sociais no acesso à educação, dando uma atenção especial às regiões e grupos sociais menos favorecidos”<sup>236</sup>. Desencadeou, ainda, outras medidas, nomeadamente, a “descentralização responsável da gestão do sistema educativo de acordo com as potencialidades e capacidades das autarquias”<sup>237</sup>, bem como o “apoio às iniciativas privadas a todos os níveis do ensino; incluindo o superior”<sup>238</sup>.

“Mais e melhor saúde para todos” continua a ser o lema do Governo de José Maria Neves no quadro da saúde. Para o efeito, preocupou-se, em primeiro lugar, com “a aprovação da Política Nacional de Saúde”<sup>239</sup> que foi concebida na legislatura anterior. Tal política traduziu-se, posteriormente, no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O (SNS) tem como pressuposto básico “a universalidade de acesso aos serviços em todos os níveis de assistência sanitária; a solidariedade de todos na garantia do direito à saúde e na contribuição para o financiamento dos cuidados de saúde; a defesa da equidade na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços; a salvaguarda da dignidade humana e a preservação da integridade física e moral dos utentes e prestadores; a salvaguarda da ética e deontologia profissionais na prestação de serviços”<sup>240</sup>.

---

<sup>234</sup> Idem, *ibidem*, p. 86.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>237</sup> *Ibidem*.

<sup>238</sup> *Ibidem*.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>240</sup> *Ibidem*.



E, para melhorar as qualidades dos cuidados e serviços de saúde, o Executivo tomou um conjunto de iniciativas, tais como: a “construção e equipamento de infra-estruturas sanitárias, designadamente a construção de vários Centros de Saúde em diversas localidades do país; a criação de serviços de hemodiálise e de oncologia”<sup>241</sup>, entre outras.

No capítulo da habitação, este Governo continua a desenvolver os esforços no sentido de criar “as condições para que todos os cidadãos, particularmente os mais desfavorecidos, tendencialmente possam vir a ter acesso a uma casa condigna”<sup>242</sup>. Impõe-se, para o efeito, a “criação de mecanismos de regulação do mercado da habitação; a criação de melhores condições de acesso ao crédito para a casa própria; a promoção, em articulação com os municípios, de programas de reabilitação de bairros degradados; a promoção de programas de habitação social e apoio às famílias mais carenciadas na construção e reabilitação da habitação”<sup>243</sup>; entre outras.

Quanto ao sector económico, o Governo reforçou as medidas de regulação da actividade económica, sendo de destacar a “formação de quadros técnicos altamente qualificados, a criação de um sistema de avaliação do impacto da actividade reguladora na economia e o desenvolvimento de actividades de informação/comunicação, dirigidas aos operadores económicos, ao aparelho do Estado, à classe jornalista e à sociedade em geral, tendo por objectivo a divulgação dos fundamentos e mecanismos da regulação”<sup>244</sup>.

O Executivo de Neves organizou “uma regulamentação técnica dos subsectores dos combustíveis, electricidade e água no sentido de reforçar/capacitar a administração central do Estado nos domínios de planeamento estratégico, fiscalização e monitorização efectiva do sector”<sup>245</sup>.

O Governo concentrou a sua atenção no processo de consolidação “de implementação da Agência de Regulação Económica (ARE), no fomento do surgimento de um Centro de Transferência e Tecnologias que constitua um serviço de carácter operacional do Estado no domínio de pesquisa, testes de aplicabilidade, de adequação e adaptação de novas tecnologias energéticas à realidade do país”<sup>246</sup>.

Portanto, em matérias de coordenação e regulação da actividade económica, o Governo do PAICV parece ter sido muito mais rigoroso do que o do MpD (pelo menos em termos teóricos).

---

<sup>241</sup> *Ibidem*, pp. 77,78.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>243</sup> *Ibidem*, pp.108,109.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>245</sup> *Ibidem*.

<sup>246</sup> *Ibidem*.

#### 4.2. Breve síntese do regresso da governação do PAICV

Reassumindo o poder em 2001, o PAICV, liderado pelo Dr. José Maria Neves, parece ter executado uma linha política tendencialmente de esquerda com o intuito de se solidarizar com a classe mais desfavorecida da população.

Neste sentido, o Governo insistiu no desenvolvimento de uma política de diminuição da pobreza através do incentivo às “iniciativas no domínio da economia informal e da economia solidária, com vista a promoção do mutualismo como forma de garantir a auto-organização das comunidades em prol da assistência médica, medicamentosa e funerária, assistência nos estudos e formação profissional, assistência na perda de emprego ou rendimento familiar, além do desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento para as camadas mais desfavorecidas, em especial às do meio rural, das comunidades piscatórias e das mulheres chefes de família, experimentando e promovendo formas alternativas de protecção e co-responsabilização social”<sup>247</sup>. Portanto, o Executivo preocupou-se com uma política de desenvolvimento das condições de vida dos mais necessitados.

De facto, este Governo parece ter seguido os princípios da linha ideológica de esquerda nos sectores da educação, saúde, habitação, economia, entre outros.

Assim, no campo da economia, o Governo de José Maria Neves manifestou preocupação, sobretudo, com o reforço dos mecanismos de regulação e coordenação do sistema de privatização e liberalização do sector económico, anteriormente implementado pelo Governo do MpD.

Além disso, o Executivo do PAICV reforçou as medidas de controle do sector privado, no sentido de proporcionar uma maior igualdade na concorrência, no desenvolvimento económico e protecção dos direitos dos consumidores.

O PAICV reassumiu, assim, a sua tendência política de esquerda através da aplicação do rigoroso quadro de regulação e coordenação da economia no sentido de tornar a actividade económica mais equilibrada e justa.

A posição ideológica do PAICV contrasta, em certa medida, com a da *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID), cujo programa político parece tender para a defesa do liberalismo e do sector privado no país.

---

<sup>247</sup> *Ibidem*, pp. 86,87.

## 5. A posição ideológica da UCID

A *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID) é um partido com pouca expressão política no país. Nunca foi Governo no arquipélago de Cabo Verde mas tem defendido a sua estratégia política no seu Programa Político e na Assembleia Nacional.

A UCID apresentou um programa social no domínio político, na educação, saúde e habitação e enveredou pelo processo de liberalização e privatização do sector económico.

No seu Programa Político de 1991, a UCID propôs no domínio político, “uma sociedade dirigida por um Estado de Direito que promulgará uma Constituição Democrática, livremente aceite pelo povo cabo-verdiano”<sup>248</sup>.

Para a melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos, a referida força política estabeleceu um plano para “combater o desemprego e subemprego, dentro de uma política sã e cuidada, que tenha em conta que o trabalho é a principal fonte de criação de riquezas”<sup>249</sup>. A UCID defendeu, igualmente, “a liberdade sindical, para salvaguarda dos interesses dos trabalhadores cabo-verdianos, dentro de um espírito de concórdia, solidariedade e entreajuda mútuas, tendo sempre em conta o interesse nacional”<sup>250</sup>.

No plano da educação, o partido forjado na diáspora preconiza “o ensino primário obrigatório e gratuito. O ensino secundário e universitário serão acessíveis a todos e deverão ter o apoio do Governo, que estudará e aplicará um sistema de bolsas de estudo justo e que, estando ao alcance de todos, vise o aproveitamento total dos mais aptos”<sup>251</sup>. Em relação ao ensino superior, o partido observou que chegou o momento de criar as “condições para a implementação do ensino universitário no âmbito nacional”<sup>252</sup>. A UCID garantiu, ainda, que “o analfabetismo será combatido até à extinção e serão programados cursos para monitores e técnicos auxiliares, com base nas realidades cabo-verdianas”<sup>253</sup>.

No que se refere à saúde, o partido planeou “um Serviço Nacional de Saúde que sirva a todos os cabo-verdianos, independentemente das suas possibilidades económicas, e a instalação de novos hospitais e postos sanitários, ao mesmo tempo que preconiza, devidamente regulamentada, a existência de clínica livre e das actividades privadas de medicina”<sup>254</sup>. A UCID prometeu, ainda, “uma

---

<sup>248</sup> *Op. Cit.*, nota 102, p.11.

<sup>249</sup> *Idem*, p.13.

<sup>250</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>252</sup> *Ibidem*.

<sup>253</sup> *Ibidem*.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p.14.

revisão e adaptação ao Programa de Saúde Pública, para o que se criará condições para o regresso dos médicos e técnicos de saúde cabo-verdianos, com vista a uma melhor ocupação sanitária e para garantir que todo o cabo-verdiano tenha assistência médica e medicamentosa eficaz”<sup>255</sup>.

A política do referido partido no que se refere à habitação consiste no combate às “carências e degradação do parque habitacional pelo que elaborará um plano tendente a proporcionar a cada família uma habitação condigna”<sup>256</sup>.

No domínio económico, “a UCID propõe-se desenvolver a economia por forma a servir as necessidades do povo cabo-verdiano, para o que será elaborado um estudo que visa o racional aproveitamento das fontes de produção e das potencialidades económicas de Cabo Verde, dinamizando, nomeadamente, o sector agro-pecuário, a pesca e o turismo, bem como a criação de novas indústrias e amplificação das já existentes”<sup>257</sup>.

O partido propõe, ainda, “uma política ajustada aos interesses do país e proporá um plano tendente a aplicar melhor e mais racionalmente as verbas, reembolsáveis ou não, que vêm sendo concedidas a Cabo Verde. A UCID estudará e promulgará um plano que servirá de base aos investimentos, para o que serão criadas estruturas de apoio aos investimentos privados dos cabo-verdianos dentro e fora do país e para atrair os destes últimos”<sup>258</sup>.

### 5.1. Breve síntese do Programa Político da UCID

A *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* preocupou-se em apresentar um programa de melhoria da qualidade de vida do povo de Cabo Verde e propôs um plano para a melhoria das condições de acesso e garantia aos serviços de educação e saúde, bem como para a criação de uma habitação condigna para a família cabo-verdiana.

Na economia, a UCID tende para um sistema de liberalização e privatização do sector económico e propõe a criação de condições para o apoio a investimentos na iniciativa privada, bem como a atracção dos investimentos estrangeiros em Cabo Verde. Neste sentido consideramos a UCID um partido com inclinação para a direita.

---

<sup>255</sup> *Ibidem*.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>257</sup> *Ibidem*, pp. 14,15.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 15.

## CONCLUSÃO

Concluimos o trabalho sobre as Ideologias Políticas: Direita e Esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010.

No seu livro intitulado “*Direita e Esquerda*” publicado na versão portuguesa em 1994, Norberto Bobbio, cientista político italiano do Século XX, definiu a esquerda como uma ideologia política que defende a igualdade social e luta por um maior equilíbrio na distribuição de bens e recursos e pela promoção de justiça social.

Conforme referiu o autor italiano, a tendência da esquerda para a promoção da igualdade não significa que ela tenciona acabar com todas as desigualdades sociais, mas sim, que executa uma política social com o objectivo de procurar reduzir, em ampla medida, as desigualdades entre os seres humanos. Neste sentido, significa que a esquerda é uma corrente ideológica que centra as suas preocupações na resolução dos problemas das camadas mais desprotegidas da população.

A direita encara a desigualdade social como algo natural e inevitável. Daí a sua inclinação para a implementação de políticas que tenderão a ser vistas como defensoras dos interesses dos estratos sociais ou grupos privados economicamente mais poderosos.

Na perspectiva deste mesmo autor, a afirmação de que a direita é apologista da desigualdade social, não equivale a dizer que ela pretende conservar todas as desigualdades, mas sim, que faz menos esforços do que a esquerda para a promoção da igualdade social.

Apostando na igualdade social como paradigma da esquerda, Anthony Giddens, sociólogo e político inglês, salientou que tal princípio não só promove uma política de igualdade entre os homens, como também proporciona novas oportunidades na vida dos seres humanos, contribuindo assim, para o bem-estar, a paz social e para a autonomia das pessoas.

Quanto à direita, Giddens assegurou que este princípio tende para a promoção da desigualdade social e, por isso mesmo, ela não estimula a criatividade e a capacidade intelectual das classes mais desfavorecidas da população. Na perspectiva deste autor, a política da direita tende para um crescente descontentamento e revolta social.

O nosso estudo sobre os traços identificadores de tendências da direita e da esquerda na concepção ideológica dos principais partidos políticos em Cabo Verde foi centralizado no quadro de análise do princípio da desigualdade da direita e da igualdade social da esquerda conforme proposto pelos dois

pensadores acima referidos. Foi com base neste pressuposto que o estudo da direita e da esquerda na posição ideológica dos partidos políticos em Cabo Verde (PAIGC, PAICV, MpD, e UCID) foi por nós desenvolvido.

Assim, à luz deste mesmo quadro de análise, o *Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde* (PAIGC) e o *Partido da Independência de Cabo Verde* (PAICV) adoptaram na governação de Cabo Verde uma ideologia política de esquerda em todos os sectores de actividades.

Apostaram numa política de redução da pobreza e na elevação do nível de vida do povo cabo-verdiano.

Na educação e na saúde pautaram a sua acção pela criação de condições de acesso de todos os cabo-verdianos aos serviços da educação e saúde e investiram na formação do pessoal docente e nos profissionais de saúde, assim como na construção e equipamento dos respectivos serviços no sentido de melhorar a qualidade de ensino e cuidados de saúde em Cabo Verde. Implementaram um sistema gratuito nos serviços acima referenciados e disponibilizaram apoio material e financeiro aos estratos mais baixos da população.

No sector da habitação, executaram um programa que apostou na promoção de uma habitação condigna para o povo de Cabo Verde, particularmente para os mais necessitados.

O sistema de planificação da economia foi o modelo adoptado pelos dois partidos no regime de partido único para a gestão e controle da actividade económica no país. A planificação da economia foi muito eficaz na repartição de bens e recursos económicos e na satisfação das necessidades da população, especialmente para os mais pobres. A economia centralmente planificada contribuiu para o desenvolvimento social equilibrado e justo, através da redução do problema do desemprego e da pobreza, assim como da defesa dos direitos dos consumidores.

O *Movimento para a Democracia* (MpD) e a *União Cabo-verdiana Independente e Democrática* (UCID) tiveram a mesma preocupação nos domínios de redução da pobreza, na educação, saúde e habitação, mas optaram pelo sistema de liberalização e privatização do sector económico.

Na sequência da vitória eleitoral de 1991, o Governo do MpD adoptou uma política de liberalização da actividade produtiva e concedeu à iniciativa privada a responsabilidade no desenvolvimento da actividade económica.

Assumindo o poder nos anos noventa do Séc. XX, o *Movimento para a Democracia* introduziu as reformas no sector económico e transferiu a economia para o domínio privado. O Governo liderado pelo Dr. Carlos Veiga optou por uma política de descentralização da economia e procedeu à privatização de várias empresas, nomeadamente, os transportes aéreos, Bancos, entre outros.

Efectivamente, o Governo do MpD implementou o princípio da democratização da economia em Cabo Verde através do processo de privatização e concorrência de todos os agentes no processo de planeamento e desenvolvimento económico. O referido Executivo tomou a iniciativa de proceder à actualização da legislação económica no sentido de definir as regras do funcionamento do mercado, da concorrência e da justiça no caso da infracção económica.

A política de liberalização e privatização do sector económico proporcionaram o surgimento de grupos económicos e empresariais geradores de desequilíbrios sociais e da consequente desigualdade ou mais acentuada estratificação social.

Regressando ao poder em 2001, o PAICV retomou a sua matriz ideológica de esquerda, lutando pela redução da pobreza e desemprego e pela promoção social nos serviços de educação, saúde, habitação, entre outros.

O novo Governo do PAICV, liderado pelo Dr. José Maria Neves, investiu nos mecanismos de regulação e coordenação do sector económico no sentido de repor um certo equilíbrio económico no processo de liberalização e privatização do sector privado implementado durante a governação do MpD. Neste sentido, o Executivo de Neves criou as agências de regulação económicas, apostou na formação dos profissionais dos agentes dos serviços reguladores, assegurou a fiscalização dos trabalhos de regulação económica, entre outros, com o objectivo de evitar a exclusão social e defender os direitos dos consumidores.

Na política económica o MpD foi menos igualitário do que o PAIGC e o PAICV, que optaram pela planificação da economia no regime de partido único.

Na II República, o MpD pautou a sua actuação pela liberalização e privatização do sector económico e o PAICV primou pelo rigoroso sistema de controle e regulação da economia.

Cabo Verde é um país pobre, sobrevive em grande medida de ajudas internacionais e das remessas de emigrantes. O clima é tropical, seco, e o país atravessa momentos de alguma preocupação com os períodos de seca.

A condição natural de Cabo Verde requer um Governo atento aos problemas que o afligem. Nesta circunstância, todos os governos e partidos políticos no país pautaram a sua acção por uma política social no sentido de ajudar o povo das ilhas a ultrapassar os problemas do desemprego, da pobreza extrema, da ignorância, entre outros. Os sucessivos governos de Cabo Verde preocuparam-se em apresentar programas políticos que defendem o Estado social no sentido de diminuir os problemas que afectam os cabo-verdianos.

Apesar da obrigação natural dos governos e partidos políticos na resolução dos problemas sociais em Cabo verde, as actuais forças políticas com assento parlamentar no país tendem para campos ideológicos diferentes: o PAICV tende para a esquerda, enquanto o MpD e a UCID se inclinam mais para a direita.

Além do seu empenho na promoção da igualdade social, o PAICV é filiado na Internacional Socialista (IS), uma organização política internacional, cujos membros partilham uma ideologia política que tende para a esquerda. Em Portugal, ele é congénere do Partido Socialista (PS) e por isso existem entre as duas organizações político-partidárias excelentes relações desde a independência de Cabo Verde.

Por sua vez, o MpD está filiado na Internacional Democrata Centrista (IDC) onde também está integrado o Partido Social Democrata (PSD) português. Por seu lado, e apesar de ser, tal como o PSD considerado “de direita” em Portugal, o Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP) integra a União Internacional Democrata (UID).

Aliás, o MpD é um partido muito próximo do PSD e mantêm boas relações políticas.

A filiação internacional e a relação com os partidos da mesma linha política são indicações muito claras da identificação ideológica de um determinado partido político.

No entanto, a tendência do MpD e da UCID para o sistema liberal em Cabo Verde não significa a reivindicação do puro liberalismo no país. O verdadeiro sistema liberal provoca profundas desigualdades entre os seres humanos e, por outro lado, não é aplicável num país pobre como Cabo Verde onde as pessoas pensam num partido político para a resolução de inúmeros problemas que os afectam. Em todo o caso, no domínio económico, o programa destes dois partidos tende mais para a direita do que para a esquerda.

Na nossa perspectiva, um partido que ousasse assumir uma posição de puro liberalismo no arquipélago de Cabo Verde correria o risco de não se afirmar politicamente e estaria condenado ao insucesso político.



Em termos práticos, de governação, o MpD apresenta-se-nos como o partido político mais liberal em Cabo Verde. Ele é a organização política que mais parece inspirar-se no liberalismo naquele arquipélago. Quando assumiu o poder nos anos de 1990, adoptou uma política de liberalização da economia e implementou medidas de incentivo à iniciativa privada.

O PAICV e o MpD situam-se, então, em dois campos ideológicos marcadamente diferenciados, isto é: o PAICV tende para a esquerda e o MpD para a direita.

Com o crescente aumento do nível de escolaridade e do conhecimento político do povo cabo-verdiano, é exigido aos partidos políticos que esclareçam a sua identidade ideológica.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

**ANTUNES**, Manuel, “Ideologia”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 10, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 1992.

**BESSA**, António Marques, *Dicionário Político do Ocidente*, Editorial Intervenção, Braga - Lisboa, 1979.

**BOBBIO**, Norberto, *Direita e Esquerda*, Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Editorial Presença, Lisboa, 1994.

**BURDEAU**, Georges, *O Liberalismo*, Tradução de J. Ferreira, Publicação Europa - América, Póvoa de Varzim, 1979.

**CABRAL**, Amílcar, *O Homem e a sua Obra*, Edição dos Serviços Culturais do Conselho Superior da Luta, Conacry, 1973.

**CABRAL**, Amílcar, *O Que Quer o Nosso Partido?*, FLGCV/PAI, Conacry, 1960.

**CABRAL**, Vasco, Intervenção de Vasco Cabral no Simposium realizado em Conakry, dia 31 de Janeiro de 1973, em homenagem à memória e obra de Amílcar Cabral, Documento emitido pelo Departamento do Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros, Conakry, 1973.

**CAMPOS**, Manuel Fontaine, “Friedrich August Von Hayek: Liberdade e Ordem Espontânea”, in *Pensamento Político Contemporâneo*, Organização de João Carlos Espada e João Cardoso Rosas, Bertrand Editora, Lisboa, 2004.

**CARDOSO**, Katia Aline Lopes Rodrigues, *Diáspora: A (Décima) Primeira Ilha de Cabo Verde - A Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana*, Edição da Autora, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 2004.

**CIERVA**, Ricardo de la, *O que são As Direitas*, Tradução de Eduardo Saló, APUL, Lisboa, 1977.

**COLOMA**, José Maria, *Dicionário Popular de Política*, 5ª ed., Tradução de António José Massano, Assírio & Alvim, Lisboa, 1974.

**CRESPIGNY**, Anthony e **CRONIN**, Jeremy, *Ideologias Políticas*, Tradução de Sérgio Duarte, Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

**DUVERGER**, Maurice, *Ciência Política: Teoria e Métodos*, 3ª ed., Tradução de Heloísa de Castro Lima, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

**FRANCO**, A. L. Sousa, “Liberalismo Económico”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 17, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 2000.

**GALVÁN**, Enrique Tierno, *O que são As Esquerdas*, Tradução de Eduardo Saló, APUL, Lisboa, 1976.

**GIDDENS**, Anthony, *Para Uma Terceira Via*, 1ª ed., Tradução de Saul Barata, Editorial Presença, Lisboa, 1999.

**GIDDENS**, Anthony, *A Terceira Via*, Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, Instituto Teotônio Vivela, Brasília, F. D., 1999.

**JÚNIOR**, Joaquim Martins, *Como Escrever Trabalhos de Conclusão de Curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos*, 3ª ed. – Petrópolis, Vozes, RJ, 2009.

**LARA**, António de Sousa, *Ciência Política - Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1998.

**LARA**, António de Sousa, *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, vol. I, Pedro Ferreira, Lisboa, 1994.

**MACRIDES**, Roy C., *Ideologias Políticas Contemporâneas*, Tradução de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura, Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

**MALTEZ**, José Adelino, “Direita e Esquerda”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 9, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 1999.

**MALTEZ**, José Adelino, *Ensaio sobre os Problemas do Estado*, Tomo II, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1991.

**MIRANDA**, Jorge, “Partido”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 22, Edição Século XXI, Editorial Verbo, Lisboa / São Paulo, 2002.

**MONTEIRO**, J. A. Pereira, *Poder e Obediência (Uma Teoria do Conhecimento)*, ISCSP, Lisboa, 2003.

**MOREIRA**, Adriano, *Ciência Política*, Livraria Almedina, Coimbra, 1993.

**MOREIRA**, Adriano, *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Amadora, 1979.

**MOREIRA**, Adriano, *Ideologias Políticas: Introdução à História das Teorias Políticas*, ISCSPU, Lisboa, 1964.

**PEREIRA**, Aristides, “Discurso Introdutório do Secretário-Geral, Camarada Aristides Pereira, na Conferência Nacional dos Militantes do PAIGC”, in *I Congresso do PAICV*, Edições PAICV, Praia, 1981.

**PEREIRA**, Aristides, “Comunicação do Secretário-Geral do PAIGC”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981.

**PEREIRA**, Aristides, “Mensagens Trocadas entre o Secretário-Geral do PAIGC e o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981.

**PINTO**, Jaime Nogueira, *A Direita e as Direitas*, DIFEL, Carnaxide, 1996.

**PIRES**, Pedro, “Intervenção do Camarada Pedro Pires, no Comício de Encerramento do I Congresso do PAICV”, In *I Congresso do PAICV*, Edições PAICV, Praia, 1981.

**REIS**, Carlos, “Ideologia”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 15, Editorial Verbo, Lisboa/ São Paulo, 2000.

**REIS**, Vítor, *Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Edição do Autor, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 2000.

**SILVEIRA**, Onésimo, *A Democracia em Cabo Verde*, Edições Colibri, Lisboa, 2005.

**STOPPINO**, Mário, “Ideologia”, in *Dicionário de Política*, vol.1, 12ª ed., Organização de Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino Gianfranco, Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini, UnB, Brasília, 2004.

**TELES**, Miguel Galvão, “Direitas e Esquerdas”, in *Enciclopédia Luso - Brasileira de Cultura*, nº 6, Editorial Verbo, Lisboa, 1988.

**VEIRA**, João Bernardo, “Mensagens Trocadas entre o Secretário-Geral do PAIGC e o Comandante de Brigada João Bernardo Vieira”, in *Do PAIGC ao PAICV*, Mira-Sintra / Mem Martins, Lisboa, 1981.

### **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 1, 5 de Julho, Praia, 1975.

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 39, 29 de Setembro, Praia, 1990.

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 49, 8 de Dezembro, Praia, 1990.

### **Constituição da República de Cabo Verde**

Constituição da República de Cabo Verde, INCV, Praia, 1980.

### **Programas dos Governos de Cabo Verde**

Programa do Governo (1975/1980), Imprensa do PAIGC / OFFSET, Praia, 1975.

Programa do Governo (1981/1985), Grafedito, Praia, 1981.

Programa do Governo (1986/1990), Edição do Gabinete do Primeiro Ministro, Praia, 1986.

Programa do I Governo Constitucional da II República (1991/1995), OFFSET - INCV, Praia, 1991.

Programa do II Governo Constitucional da II República (1996/2001), OFFSET - INCV, Praia, 1996.

Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005), Imprensa Nacional, Praia, 2001.

Programa do Governo para a VII Legislatura (2006/2011), Imprensa Nacional, Praia, 2007.

## **Programas dos Partidos Políticos em Cabo Verde**

Programa do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, Serviços de Informação do PAIGC, Praia, 1973.

Programa Político do Movimento para a Democracia, Edição do MpD, Mindelo, 1990.

Programa Político da União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), Gráfica do Mindelo, LDA., Mindelo, 1991.

## **Internet e outras Fontes**

**ALBUQUERQUE**, Armando, *Ciência Política*, in <http://www.armandoalbuquerque.kit.net>.

**HALL**, Peter A. e **TAYLOR**, Rosemary C. R., *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*, in <http://www.scielo.br/pdf/in/n58a10n58.pdf>.

**HALL**, Peter A. e **TAYLOR**, Rosemary C. R., *Institucionalismo e Neo-Institucionalismo*, in <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PGR>.